

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01837-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA	3 - CNPJ 02.998.611/0001-04
4 - NIRE 353.001.705-71		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO Rua Casa do Ator, 1155 - 10º andar		2 - BAIRRO OU DISTRITO Vila Olímpia	
3 - CEP 04546-004	4 - MUNICÍPIO SÃO PAULO		5 - UF SP
6 - DDD 11	7 - TELEFONE 3138-7485	8 - TELEFONE 3138-7559	9 - TELEFONE -
10 - TELEX	11 - DDD 011	12 - FAX 3138-7161	13 - FAX -
14 - FAX -			
15 - E-MAIL ri@cteep.com.br			

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME Marcio Lopes Almeida			
2 - ENDEREÇO COMPLETO Rua Casa do Ator, 1155 - 10º andar		3 - BAIRRO OU DISTRITO Vila Olímpia	
4 - CEP 04546-004	5 - MUNICÍPIO SÃO PAULO		6 - UF SP
7 - DDD 11	8 - TELEFONE 3138-7485	9 - TELEFONE 3138-7559	10 - TELEFONE -
11 - TELEX	12 - DDD 11	13 - FAX 3138-7161	14 - FAX -
15 - FAX -			
16 - E-MAIL ri@cteep.com.br			

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	01/01/2009	31/12/2009
2 - Penúltimo	01/01/2008	31/12/2008
3 - Antepenúltimo	01/01/2007	31/12/2007
4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S		5 - CÓDIGO CVM 00471-5
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO Luiz Carlos Passetti		7 - CPF DO RESP. TÉCNICO 001.625.898-32

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01837-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA	3 - CNPJ 02.998.611/0001-04
---------------------------	---	--------------------------------

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 31/12/2009	2 31/12/2008	3 31/12/2007
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	63.200	62.559	62.559
2 - Preferenciais	87.457	86.726	86.726
3 - Total	150.657	149.285	149.285
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE 1120 - Energia Elétrica
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
6 - TIPO DE CONSOLIDADO Total

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ÍTEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO

1 - ÍTEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
01	RCA	05/01/2009	Dividendo	20/01/2009	ON	0,8205780000
02	RCA	05/01/2009	Dividendo	20/01/2009	PN	0,8205780000
03	RCA	31/03/2009	Juros Sobre Capital Próprio	24/04/2009	ON	0,4235900000
04	RCA	31/03/2009	Juros Sobre Capital Próprio	24/04/2009	PN	0,4235900000
05	AGO/E	15/04/2009	Dividendo	24/04/2009	ON	0,7093190000
06	AGO/E	15/04/2009	Dividendo	24/04/2009	PN	0,7093190000
07	RCA	19/06/2009	Juros Sobre Capital Próprio	01/07/2009	ON	0,4282970000
08	RCA	19/06/2009	Juros Sobre Capital Próprio	01/07/2009	PN	0,4282970000
09	RCA	30/06/2009	Dividendo	21/07/2009	ON	0,4075570000

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01837-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA	3 - CNPJ 02.998.611/0001-04
---------------------------	---	--------------------------------

10	RCA	30/06/2009	Dividendo	21/07/2009	PN	0,4075570000
11	RCA	30/09/2009	Juros Sobre Capital Próprio	21/10/2009	ON	0,4119000000
12	RCA	30/09/2009	Juros Sobre Capital Próprio	21/10/2009	PN	0,4119000000
13	RCA	30/09/2009	Dividendo	21/10/2009	ON	0,6866250000
14	RCA	30/09/2009	Dividendo	21/10/2009	PN	0,6866250000
15	RCA	14/12/2009	Juros Sobre Capital Próprio	30/12/2009	ON	0,4074220000
16	RCA	14/12/2009	Juros Sobre Capital Próprio	30/12/2009	PN	0,4074220000

01.09 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA 12/03/2010	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01837-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA	3 - CNPJ 02.998.611/0001-04
---------------------------	---	--------------------------------

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2009	4 - 31/12/2008	5 - 31/12/2007
1	Ativo Total	6.178.228	5.613.188	5.130.098
1.01	Ativo Circulante	664.404	529.017	509.377
1.01.01	Disponibilidades	18.564	104.229	191.647
1.01.02	Créditos	581.141	362.407	265.126
1.01.02.01	Clientes	288.683	299.329	183.055
1.01.02.02	Créditos Diversos	292.458	63.078	82.071
1.01.02.02.01	Valores a Receber - Sec. da Fazenda	19.439	19.786	16.030
1.01.02.02.02	Imposto de Renda e C. Social Diferidos	31.472	11.315	8.224
1.01.02.02.03	Tributos e Contribuições a Compensar	212.715	3.145	57.817
1.01.02.02.04	Benefício fiscal - ágio incorporado	28.832	28.832	0
1.01.03	Estoques	43.328	31.952	31.881
1.01.04	Outros	21.371	30.429	20.723
1.02	Ativo Não Circulante	5.513.824	5.084.171	4.620.721
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	880.441	807.383	480.717
1.02.01.01	Créditos Diversos	878.036	804.978	473.161
1.02.01.01.01	Clientes	62.074	45.088	35.765
1.02.01.01.02	Valores a Receber - Sec. da Fazenda	557.027	454.639	321.953
1.02.01.01.03	Imposto de Renda e C. Social Diferidos	67.078	76.648	60.805
1.02.01.01.04	Cauções e Depósitos Vinculados	43.946	51.860	49.794
1.02.01.01.05	Despesas Pagas Antecipadamente	0	0	4.844
1.02.01.01.06	Benefício fiscal - ágio incorporado	147.911	176.743	0
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.03	Outros	2.405	2.405	7.556
1.02.02	Ativo Permanente	4.633.383	4.276.788	4.140.004
1.02.02.01	Investimentos	290.793	50.332	1
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	290.793	50.332	1
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	0	0	0
1.02.02.02	Imobilizado	4.272.259	4.158.514	4.082.403
1.02.02.03	Intangível	70.331	67.942	57.600
1.02.02.04	Diferido	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01837-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA	3 - CNPJ 02.998.611/0001-04
---------------------------	---	--------------------------------

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2009	4 - 31/12/2008	5 - 31/12/2007
2	Passivo Total	6.178.228	5.613.188	5.130.098
2.01	Passivo Circulante	1.155.518	662.568	363.949
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	518.690	294.492	132.191
2.01.02	Debêntures	0	0	0
2.01.03	Fornecedores	47.497	32.889	29.150
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	137.034	55.699	91.828
2.01.04.01	Tributos e Encargos Sociais a Recolher	87.439	19.171	58.706
2.01.04.02	Impostos parcelados - Lei nº 11.941	9.853	0	0
2.01.04.03	Encargos Regulatórios a Recolher	39.742	36.528	33.122
2.01.05	Dividendos a Pagar	374.398	233.272	42.413
2.01.05.01	Juros Sobre Capital Próprio	1.883	1.524	40.366
2.01.05.02	Dividendos	372.515	231.748	2.047
2.01.06	Provisões	27.523	34.895	46.627
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.01.08	Outros	50.376	11.321	21.740
2.01.08.01	Valores a Pagar - Fundação CESP	6.917	6.210	13.875
2.01.08.02	Parcela de Ajuste	21.277	0	0
2.01.08.03	Outros	22.182	5.111	7.865
2.02	Passivo Não Circulante	837.364	847.324	817.342
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	837.364	847.324	817.342
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	419.786	511.286	400.713
2.02.01.02	Debêntures	0	0	0
2.02.01.03	Provisões	167.953	174.152	179.632
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0
2.02.01.06	Outros	249.625	161.886	236.997
2.02.01.06.01	Valores a Pagar - Fundação CESP	13.601	68.503	129.434
2.02.01.06.02	Obrigações Especiais-Rever./Amortização	24.053	24.053	24.053
2.02.01.06.03	Impostos parcelados - Lei nº 11.941	137.885	0	0
2.02.01.06.04	Encargos Regulatórios a Recolher	3.269	2.805	0
2.02.01.06.05	Parcela de Ajuste	21.277	0	0
2.02.01.06.06	Deságio	49.540	66.525	83.510
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	4.185.346	4.103.296	3.948.807
2.05.01	Capital Social Realizado	1.063.049	1.000.000	462.000
2.05.02	Reservas de Capital	2.259.945	2.286.374	2.592.369
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	861.686	816.256	893.772
2.05.04.01	Legal	175.154	133.753	92.400

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01837-6	CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA	02.998.611/0001-04

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/12/2009	4 -31/12/2008	5 -31/12/2007
2.05.04.02	Estatutária	106.305	100.000	46.200
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	36.533	38.809	41.478
2.05.04.05	Retenção de Lucros	543.694	543.694	713.694
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	0
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	666	666	666

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01837-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA	3 - CNPJ 02.998.611/0001-04
---------------------------	---	--------------------------------

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2009 a 31/12/2009	4 - 01/01/2008 a 31/12/2008	5 - 01/01/2007 a 31/12/2007
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	1.904.795	1.802.439	1.563.294
3.01.01	Receita de Uso da Rede Elétrica	1.885.521	1.785.457	1.548.248
3.01.02	Outras Receitas	19.274	16.982	15.046
3.02	Deduções da Receita Bruta	(255.558)	(237.055)	(247.880)
3.02.01	COFINS	(76.989)	(73.043)	(64.723)
3.02.02	Recuperação COFINS - Ofício ANEEL	0	(4.844)	0
3.02.03	PIS	(16.695)	(15.747)	(14.036)
3.02.04	ISSQN	(368)	(306)	(222)
3.02.05	Conta de Consumo de Combustível - CCC	(31.578)	(32.306)	(56.413)
3.02.06	Conta de Desenv. Energético - CDE	(35.396)	(35.272)	(41.922)
3.02.07	Quota P/Reserva Global de Reversão-RGR	(48.113)	(50.314)	(35.706)
3.02.08	Pesquisa e Desenvolvimento - P &D	(27.647)	(14.934)	(21.437)
3.02.09	Programa Incentivo Fontes Alt. - PROINFA	(18.772)	(10.289)	(10.174)
3.02.10	Ativo Regulatório	0	0	(3.247)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	1.649.237	1.565.384	1.315.414
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(347.794)	(312.769)	(313.158)
3.05	Resultado Bruto	1.301.443	1.252.615	1.002.256
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(455.967)	(406.702)	(119.733)
3.06.01	Com Vendas	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(157.690)	(116.223)	(46.040)
3.06.02.01	Honorários da Administração	(7.989)	(6.710)	(4.458)
3.06.02.02	Outras Despesas Gerais e Administrativas	(149.701)	(109.513)	(41.582)
3.06.03	Financeiras	(266.853)	(283.968)	(168.888)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	153.744	28.532	102.661
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(420.597)	(312.500)	(271.549)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	17.266	32.880	95.195
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(48.428)	(39.391)	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	(262)	0	0
3.07	Resultado Operacional	845.476	845.913	882.523
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	845.476	845.913	882.523
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(278.654)	(279.328)	(90.380)
3.11	IR Diferido	10.587	20.581	(175.397)
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	250.610	239.899	238.737
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	828.019	827.065	855.483

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01837-6	CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA	02.998.611/0001-04

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/01/2009 a 31/12/2009	4 -01/01/2008 a 31/12/2008	5 -01/01/2007 a 31/12/2007
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	150.657	149.285	149.285
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	5,49605	5,54017	5,73054
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)			

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01837-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA	3 - CNPJ 02.998.611/0001-04
---------------------------	---	--------------------------------

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2009 a 31/12/2009	4 - 01/01/2008 a 31/12/2008	5 - 01/01/2007 a 31/12/2007
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.075.319	748.980	373.498
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.133.674	1.130.952	1.087.812
4.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	828.019	827.065	855.484
4.01.01.02	Depreciação e Amortização	217.690	180.288	172.662
4.01.01.03	Provisão para Ajuste de Estoque	0	0	349
4.01.01.04	Imposto de Renda e CS Diferidos	(10.588)	(20.581)	175.397
4.01.01.05	Provisão para Contingências	3.087	59.941	(121.292)
4.01.01.06	Valor Residual Ativo Perm Baixado	20.347	6.590	6.211
4.01.01.07	Amortização de Deságio	(16.985)	(16.985)	(16.985)
4.01.01.08	Amortização de Ágio	28.832	26.430	0
4.01.01.09	Juros e Var Monet e Camb s/Ativos e Pas	63.010	68.204	15.986
4.01.01.10	Resultado de Equivalência Patrimonial	262	0	0
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	(58.355)	(381.972)	(714.314)
4.01.02.01	Clientes	23.665	(125.597)	(54.820)
4.01.02.02	Estoques	(11.376)	(71)	4.762
4.01.02.03	Valores a Receber - Sec da Fazenda	(102.199)	(125.605)	(116.621)
4.01.02.04	Imposto de Renda e CS Diferidos	0	1.647	(15.727)
4.01.02.05	Tributos e Contrib Compensáveis	(209.570)	54.672	30.279
4.01.02.06	Cauções e Depósitos Vinculados	7.948	(2.097)	19.943
4.01.02.08	Outros	10.119	318	(507)
4.01.02.09	Fornecedores	14.608	3.739	(105.817)
4.01.02.10	Tributos e Enc Sociais a Recolher	68.268	(39.535)	36.343
4.01.02.11	Impostos parcelados - Lei nº 11.941	147.738	0	0
4.01.02.12	Encargos Regulatórios a Recolher	3.678	6.211	7.084
4.01.02.13	Provisões	(19.525)	(84.304)	(420.095)
4.01.02.14	Valores a Pagar - Fund CESP	(54.198)	(68.596)	(102.923)
4.01.02.15	Outros	62.489	(2.754)	3.785
4.01.03	Outros	0	0	0
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(594.910)	(323.660)	(439.307)
4.02.01	Imobilizado	(349.845)	(262.989)	(439.211)
4.02.02	Intangível	(4.342)	(10.342)	(95)
4.02.03	Investimentos	(240.723)	(50.329)	(1)
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	(566.074)	(512.738)	(257.155)
4.03.01	Adições de Empréstimos	464.347	560.376	531.184
4.03.02	Pagto de Empréstimos (inclui juros)	(425.586)	(359.392)	(6.627)
4.03.03	Dividendos Pagos	(641.455)	(713.722)	(781.712)
4.03.04	Integralização de capital	36.620	0	0
4.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	(85.665)	(87.418)	(322.964)
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	104.229	191.647	514.611
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	18.564	104.229	191.647

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01837-6	CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA	02.998.611/0001-04

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2009 A 31/12/2009 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	1.000.000	2.286.374	0	816.922	0	0	4.103.296
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	1.000.000	2.286.374	0	816.922	0	0	4.103.296
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	828.019	0	828.019
5.05	Destinações	0	0	0	47.706	(830.885)	0	(783.179)
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	(532.569)	0	(532.569)
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	(250.610)	0	(250.610)
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	47.706	(47.706)	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	(2.276)	2.276	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	36.620	0	0	0	0	0	36.620
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	26.429	(26.429)	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	590	0	590
5.13	Saldo Final	1.063.049	2.259.945	0	862.352	0	0	4.185.346

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01837-6	CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA	02.998.611/0001-04

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2008 A 31/12/2008 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	462.000	2.592.369	0	894.438	0	0	3.948.807
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	462.000	2.592.369	0	894.438	0	0	3.948.807
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	827.065	0	827.065
5.05	Destinações	0	0	0	(74.847)	(830.054)	0	(904.901)
5.05.01	Dividendos	0	0	0	(170.000)	(495.002)	0	(665.002)
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	(239.899)	0	(239.899)
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	95.153	(95.153)	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	(2.669)	2.669	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	538.000	(538.000)	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	232.005	0	0	320	0	232.325
5.13	Saldo Final	1.000.000	2.286.374	0	816.922	0	0	4.103.296

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01837-6	CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA	02.998.611/0001-04

05.03 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2007 A 31/12/2007 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAValiaÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	462.000	2.592.369	0	183.359	507.777	0	3.745.505
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.02.01	Reservas de lucros a realizar	0	0	0	0	0	0	0
5.02.02	Dividendos prescritos	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	462.000	2.592.369	0	183.359	507.777	0	3.745.505
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	855.483	0	855.483
5.05	Destinações	0	0	0	713.694	(1.366.189)	0	(652.495)
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	(413.758)	0	(413.758)
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	(238.737)	0	(238.737)
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	713.694	(713.694)	0	0
5.05.03.01	Constituição de reserva retenc. lucros	0	0	0	713.694	(713.694)	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	(2.615)	2.615	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	314	0	314
5.13	Saldo Final	462.000	2.592.369	0	894.438	0	0	3.948.807

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01837-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA	3 - CNPJ 02.998.611/0001-04
---------------------------	---	--------------------------------

06.01 - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2009 a 31/12/2009	4 - 01/01/2008 a 31/12/2008	5 - 01/01/2007 a 31/12/2007
6.01	Receitas	1.873.633	1.796.126	1.641.739
6.01.01	Vendas Mercadorias, Produtos e Serviços	1.904.795	1.802.439	1.563.294
6.01.02	Outras Receitas	(31.162)	(6.313)	78.445
6.01.03	Receitas refs. à Constr. Ativos Próprios	0	0	0
6.01.04	Provisão/Rev. Créds. Liquidação Duvidosa	0	0	0
6.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	(128.425)	(122.359)	(60.947)
6.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	(11.476)	(18.827)	(14.227)
6.02.02	Materiais-Energia-Servs Terceiros-Outros	(116.949)	(103.532)	(46.720)
6.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	0	0	0
6.02.04	Outros	0	0	0
6.03	Valor Adicionado Bruto	1.745.208	1.673.767	1.580.792
6.04	Retenções	(217.690)	(180.288)	(172.662)
6.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	(217.690)	(180.288)	(172.662)
6.04.02	Outras	0	0	0
6.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.527.518	1.493.479	1.408.130
6.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	153.482	28.532	119.646
6.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	(262)	0	0
6.06.02	Receitas Financeiras	153.744	28.532	119.646
6.06.03	Outros	0	0	0
6.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.681.000	1.522.011	1.527.776
6.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.681.000	1.522.011	1.527.776
6.08.01	Pessoal	101.661	73.547	85.086
6.08.01.01	Remuneração Direta	120.128	99.426	130.296
6.08.01.02	Benefícios	28.521	30.108	34.903
6.08.01.03	F.G.T.S.	7.914	12.403	16.701
6.08.01.04	Outros	(54.902)	(68.390)	(96.814)
6.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	573.404	545.740	558.769
6.08.02.01	Federais	562.119	534.458	549.389
6.08.02.02	Estaduais	753	194	229
6.08.02.03	Municipais	10.532	11.088	9.151
6.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	177.916	75.659	28.438
6.08.03.01	Juros	168.939	68.303	23.010
6.08.03.02	Aluguéis	8.977	7.356	5.428
6.08.03.03	Outras	0	0	0
6.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	828.019	827.065	855.483
6.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	250.610	298.289	238.737
6.08.04.02	Dividendos	532.569	436.612	413.758
6.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Exercício	44.840	92.164	202.988
6.08.05	Outros	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01837-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA	3 - CNPJ 02.998.611/0001-04
---------------------------	---	--------------------------------

07.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2009	4 - 31/12/2008	5 - 31/12/2007
1	Ativo Total	6.320.089	5.669.603	5.130.098
1.01	Ativo Circulante	688.092	552.337	509.377
1.01.01	Disponibilidades	42.218	123.024	191.647
1.01.02	Créditos	582.596	362.502	265.126
1.01.02.01	Clientes	289.536	299.329	183.055
1.01.02.02	Créditos Diversos	293.060	63.173	82.071
1.01.02.02.01	Valores a Receber - Sec. da Fazenda	19.439	19.786	16.030
1.01.02.02.02	Imposto de Renda e C. Social Diferidos	31.472	11.315	8.224
1.01.02.02.03	Tributos e Contribuições a Compensar	213.317	3.240	57.817
1.01.02.02.04	Benefício fiscal - ágio incorporado	28.832	28.832	0
1.01.03	Estoques	43.328	31.952	31.881
1.01.04	Outros	19.950	34.859	20.723
1.02	Ativo Não Circulante	5.631.997	5.117.266	4.620.721
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	882.419	807.385	480.717
1.02.01.01	Créditos Diversos	878.036	804.978	473.161
1.02.01.01.01	Clientes	62.074	45.088	35.765
1.02.01.01.02	Valores a Receber - Sec. da Fazenda	557.027	454.639	321.953
1.02.01.01.03	Imposto de Renda e C. Social Diferidos	67.078	76.648	60.805
1.02.01.01.04	Cauções e Depósitos Vinculados	43.946	51.860	49.794
1.02.01.01.05	Despesas Pagas Antecipadamente	0	0	4.844
1.02.01.01.06	Benefício fiscal - ágio incorporado	147.911	176.743	0
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.03	Outros	4.383	2.407	7.556
1.02.02	Ativo Permanente	4.749.578	4.309.881	4.140.004
1.02.02.01	Investimentos	0	0	1
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0	0
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	0	0	0
1.02.02.01.03	Outros Investimentos	0	0	0
1.02.02.02	Imobilizado	4.676.574	4.234.614	4.082.403
1.02.02.03	Intangível	73.004	75.267	57.600
1.02.02.04	Diferido	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01837-6	CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA	02.998.611/0001-04

07.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2009	4 - 31/12/2008	5 - 31/12/2007
2	Passivo Total	6.320.089	5.669.603	5.130.098
2.01	Passivo Circulante	1.259.884	718.983	363.949
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	591.113	345.502	132.191
2.01.02	Debêntures	0	0	0
2.01.03	Fornecedores	70.806	36.291	29.150
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	138.376	56.004	91.828
2.01.04.01	Tributos e Encargos Sociais a Recolher	88.505	19.476	58.706
2.01.04.02	Impostos Parcelados - Lei nº 11.941	9.853	0	0
2.01.04.03	Encargos Regulatórios a Recolher	40.018	36.528	33.122
2.01.05	Dividendos a Pagar	374.398	233.272	42.413
2.01.05.01	Juros Sobre Capital Próprio	1.883	1.524	40.366
2.01.05.02	Dividendos	372.515	231.748	2.047
2.01.06	Provisões	27.688	34.922	46.627
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.01.08	Outros	57.503	12.992	21.740
2.01.08.01	Valores a Pagar - Fundação Cesp	6.917	6.210	13.875
2.01.08.02	Parcela de Ajuste	21.277	0	0
2.01.08.03	Outros	29.309	6.782	7.865
2.02	Passivo Não Circulante	874.859	847.324	817.342
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	874.859	847.324	817.342
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	457.281	511.286	400.713
2.02.01.02	Debêntures	0	0	0
2.02.01.03	Provisões	167.953	174.152	179.632
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0
2.02.01.06	Outros	249.625	161.886	236.997
2.02.01.06.01	Valores a Pagar - Fundação Cesp	13.601	68.503	129.434
2.02.01.06.02	Obrigações Especiais-Rever./Amortização	24.053	24.053	24.053
2.02.01.06.03	Imposto de Renda e CS - Diferidos	0	0	0
2.02.01.06.04	Impostos Parcelados - Lei nº 11.941	137.885	0	0
2.02.01.06.05	Encargos Regulatórios a Recolher	3.269	2.805	0
2.02.01.06.06	Deságio	49.540	66.525	83.510
2.02.01.06.07	Parcela de Ajuste	21.277	0	0
2.02.01.06.09	Outros	0	0	0
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.04	Part. de Acionistas Não Controladores	0	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	4.185.346	4.103.296	3.948.807
2.05.01	Capital Social Realizado	1.063.049	1.000.000	462.000
2.05.02	Reservas de Capital	2.259.945	2.286.374	2.592.369
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01837-6	CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA	02.998.611/0001-04

07.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/12/2009	4 -31/12/2008	5 -31/12/2007
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	861.686	816.256	893.772
2.05.04.01	Legal	175.154	133.753	92.400
2.05.04.02	Estatutária	106.305	100.000	46.200
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	36.533	38.809	41.478
2.05.04.05	Retenção de Lucros	543.694	543.694	713.694
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	0
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	666	666	666

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01837-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA	3 - CNPJ 02.998.611/0001-04
---------------------------	---	--------------------------------

08.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2009 a 31/12/2009	4 - 01/01/2008 a 31/12/2008	5 - 01/01/2007 a 31/12/2007
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	1.912.755	1.802.439	1.563.294
3.01.01	Receita de Uso da Rede Elétrica	1.893.481	1.785.457	1.548.248
3.01.02	Outras Receitas	19.274	16.982	15.046
3.02	Deduções da Receita Bruta	(256.277)	(237.055)	(247.880)
3.02.01	COFINS	(77.356)	(73.043)	(64.723)
3.02.02	Recuperação COFINS - Ofício ANEEL	0	(4.844)	0
3.02.03	PIS	(16.775)	(15.747)	(14.036)
3.02.04	ISSQN	(368)	(306)	(222)
3.02.05	Conta de Consumo de Combustível - CCC	(31.578)	(32.306)	(56.413)
3.02.06	Conta de Desenv. Energético - CDE	(35.396)	(35.272)	(41.922)
3.02.07	Quota p/ Reserva Global de Reversão-RGR	(48.312)	(50.314)	(35.706)
3.02.08	Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(27.720)	(14.934)	(21.437)
3.02.09	Programa Incentivo Fontes Alrt.-PROINFA	(18.772)	(10.289)	(10.174)
3.02.10	Ativo Regulatório	0	0	(3.247)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	1.656.478	1.565.384	1.315.414
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(350.991)	(312.769)	(313.158)
3.05	Resultado Bruto	1.305.487	1.252.615	1.002.256
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(460.011)	(406.702)	(119.733)
3.06.01	Com Vendas	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(158.104)	(116.223)	(46.040)
3.06.02.01	Honorários da Administração	(8.105)	(6.710)	(4.458)
3.06.02.02	Outras Despesas Gerais e Administrativas	(149.999)	(109.513)	(41.582)
3.06.03	Financeiras	(270.745)	(283.968)	(168.888)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	154.150	28.532	102.661
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(424.895)	(312.500)	(271.549)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	17.266	32.880	95.195
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(48.428)	(39.391)	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	845.476	845.913	882.523
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	845.476	845.913	882.523
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(278.654)	(279.328)	(90.380)
3.11	IR Diferido	10.587	20.581	(175.397)
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	250.610	239.899	238.737
3.14	Part. de Acionistas Não Controladores	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	828.019	827.065	855.483

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01837-6	CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA	02.998.611/0001-04

08.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/01/2009 a 31/12/2009	4 -01/01/2008 a 31/12/2008	5 -01/01/2007 a 31/12/2007
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	150.657	149.285	149.285
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	5,49605	5,54017	5,73054
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)			

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01837-6	CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA	02.998.611/0001-04

09.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2009 a 31/12/2009	4 - 01/01/2008 a 31/12/2008	5 - 01/01/2007 a 31/12/2007
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.099.402	748.294	373.498
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.138.020	1.130.952	1.087.812
4.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	828.019	827.065	855.484
4.01.01.02	Depreciação e Amortização	219.782	180.288	172.662
4.01.01.03	Provisão para Ajuste de Estoque	0	0	349
4.01.01.04	Imposto de Renda e CS Diferidos	(10.588)	(20.581)	175.397
4.01.01.05	Provisão para Contingências	3.087	59.941	(121.292)
4.01.01.06	Valor Residual Ativo Perm Baixado	20.347	6.590	6.211
4.01.01.07	Amortização de Deságio	(16.985)	(16.985)	(16.985)
4.01.01.08	Amortização de Ágio	28.832	26.430	0
4.01.01.09	Juros e Var Monet e Camb s/Ativos e Pas	65.526	68.204	15.986
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	(38.618)	(382.658)	(714.314)
4.01.02.01	Clientes	22.811	(125.597)	(54.820)
4.01.02.02	Estoques	(11.376)	(71)	4.762
4.01.02.03	Valores a Recber Sec da Fazenda	(102.199)	(125.605)	(116.621)
4.01.02.04	Imposto de Renda e CS Diferidos	0	1.647	(15.727)
4.01.02.05	Tributos e Contrib Compensáveis	(210.077)	54.577	30.279
4.01.02.06	Cauções e Depósitos Vinculados	7.943	(2.097)	19.943
4.01.02.08	Outros	8.585	1.564	(507)
4.01.02.09	Fornecedores	36.863	1.752	(105.817)
4.01.02.10	Tributos e Encargos Sociais a Recolher	69.030	(39.394)	36.343
4.01.02.11	Impostos parcelados - Lei nº 11.941	147.738	0	0
4.01.02.12	Encargos Regulatórios a Recolher	3.955	6.211	7.084
4.01.02.13	Provisões	(19.095)	(84.318)	(420.095)
4.01.02.14	Valores a Pagar Fund CESP	(54.198)	(68.596)	(102.923)
4.01.02.15	Outros	61.402	(2.731)	3.785
4.01.03	Outros	0	0	0
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(670.531)	(313.761)	(439.307)
4.02.01	Imobilizado	(666.189)	(289.611)	(439.211)
4.02.02	Intangível	(4.342)	(11.909)	(95)
4.02.03	Investimentos	0	(13.605)	(1)
4.02.04	Caixa da IEMG no Momento da Aquisição	0	1.364	0
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	(509.677)	(503.156)	(257.155)
4.03.01	Adições de Empréstimos	575.943	569.958	531.184
4.03.02	Pagtos Empréstimos (inclui juros)	(480.785)	(359.392)	(6.627)
4.03.03	Dividendos Pagos	(641.455)	(713.722)	(781.712)
4.03.04	Integralização de capital	36.620	0	0
4.04	Varição Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	(80.806)	(68.623)	(322.964)
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	123.024	191.647	514.611
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	42.218	123.024	191.647

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01837-6	CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA	02.998.611/0001-04

10.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO CONSOLIDADO LÍQUIDO DE 01/01/2009 A 31/12/2009 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	1.000.000	2.286.374	0	816.922	0	0	4.103.296
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	1.000.000	2.286.374	0	816.922	0	0	4.103.296
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	828.019	0	828.019
5.05	Destinações	0	0	0	47.706	(830.885)	0	(783.179)
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	(532.569)	0	(532.569)
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	(250.610)	0	(250.610)
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	47.706	(47.706)	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	(2.276)	2.276	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	36.620	0	0	0	0	0	36.620
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	26.429	(26.429)	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	590	0	590
5.13	Saldo Final	1.063.049	2.259.945	0	862.352	0	0	4.185.346

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01837-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA	3 - CNPJ 02.998.611/0001-04
---------------------------	---	--------------------------------

10.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO CONSOLIDADO LÍQUIDO DE 01/01/2008 A 31/12/2008 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAValiaÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	462.000	2.592.369	0	894.438	0	0	3.948.807
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	462.000	2.592.369	0	894.438	0	0	3.948.807
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	827.065	0	827.065
5.05	Destinações	0	0	0	(74.847)	(830.054)	0	(904.901)
5.05.01	Dividendos	0	0	0	(170.000)	(495.002)	0	(665.002)
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	(239.899)	0	(239.899)
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	95.153	(95.153)	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	(2.669)	2.669	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	538.000	(538.000)	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	232.005	0	0	320	0	232.325
5.13	Saldo Final	1.000.000	2.286.374	0	816.922	0	0	4.103.296

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01837-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA	3 - CNPJ 02.998.611/0001-04
---------------------------	---	--------------------------------

10.03 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO CONSOLIDADO LÍQUIDO DE 01/01/2007 A 31/12/2007 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAValiaÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	462.000	2.592.369	0	183.359	507.777	0	3.745.505
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	462.000	2.592.369	0	183.359	507.777	0	3.745.505
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	855.483	0	855.483
5.05	Destinações	0	0	0	713.694	(1.366.189)	0	(652.495)
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	(413.758)	0	(413.758)
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	(238.737)	0	(238.737)
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	713.694	(713.694)	0	0
5.05.03.01	Constituição de reserva retenc. lucros	0	0	0	713.694	(713.694)	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	(2.615)	2.615	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	314	0	314
5.13	Saldo Final	462.000	2.592.369	0	894.438	0	0	3.948.807

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01837-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA	3 - CNPJ 02.998.611/0001-04
---------------------------	---	--------------------------------

11.01 - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2009 a 31/12/2009	4 - 01/01/2008 a 31/12/2008	5 - 01/01/2007 a 31/12/2007
6.01	Receitas	1.881.593	1.796.126	1.641.739
6.01.01	Vendas Mercadorias, Produtos e Serviços	1.912.755	1.802.439	1.563.294
6.01.02	Outras Receitas	(31.162)	(6.313)	78.445
6.01.03	Receitas refs. à Constr. Ativos Próprios	0	0	0
6.01.04	Provisão/Rev. Créds. Liquidação Duvidosa	0	0	0
6.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	(129.746)	(122.359)	(60.947)
6.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	(12.338)	(18.827)	(14.227)
6.02.02	Materiais-Energia-Servs Terceiros-Outros	(117.408)	(103.532)	(46.720)
6.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	0	0	0
6.02.04	Outros	0	0	0
6.03	Valor Adicionado Bruto	1.751.847	1.673.767	1.580.792
6.04	Retenções	(219.782)	(180.288)	(172.662)
6.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	(219.782)	(180.288)	(172.662)
6.04.02	Outras	0	0	0
6.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.532.065	1.493.479	1.408.130
6.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	154.150	28.532	119.646
6.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	0	0
6.06.02	Receitas Financeiras	154.150	28.532	119.646
6.06.03	Outros	0	0	0
6.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.686.215	1.522.011	1.527.776
6.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.686.215	1.522.011	1.527.776
6.08.01	Pessoal	101.748	73.547	85.086
6.08.01.01	Remuneração Direta	120.209	99.426	130.296
6.08.01.02	Benefícios	28.524	30.108	34.903
6.08.01.03	F.G.T.S.	7.917	12.403	16.701
6.08.01.04	Outros	(54.902)	(68.390)	(96.814)
6.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	574.303	545.740	558.769
6.08.02.01	Federais	563.009	534.458	549.389
6.08.02.02	Estaduais	762	194	229
6.08.02.03	Municipais	10.532	11.088	9.151
6.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	182.145	75.659	28.438
6.08.03.01	Juros	173.157	68.303	23.010
6.08.03.02	Aluguéis	8.988	7.356	5.428
6.08.03.03	Outras	0	0	0
6.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	828.019	827.065	855.483
6.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	250.610	298.289	238.737
6.08.04.02	Dividendos	532.569	436.612	413.758
6.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Exercício	44.840	92.164	202.988
6.08.04.04	Part. Não Controladores Lucros Retidos	0	0	0
6.08.05	Outros	0	0	0

01837-6 CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA 02.998.611/0001-04

12.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

Parecer dos auditores independentes

Aos Administradores e Acionistas
CTEEP - Companhia de Transmissão de
Energia Elétrica Paulista

1. Examinamos o balanço patrimonial, individual e consolidado, da CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista e de suas controladas, levantados em 31 de dezembro de 2009, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia e de suas controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e de suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista e de suas controladas, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e o valor adicionado nas operações, referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Conforme descrito na nota explicativa 34, de acordo com a decisão da 49a. Vara do Trabalho de São Paulo, a partir de setembro de 2005, a Fundação CESP passou a processar a folha de pagamento de beneficiários do plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei no. 4.819/58, mediante recursos repassados pela Companhia, da forma realizada até dezembro de 2003. Em janeiro de 2006, a Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo passou a entender que a responsabilidade do Governo do Estado se restringe aos limites legais estaduais determinados para pagamentos dos benefícios de aposentadoria. Desde então, o Governo do Estado passou a glosar parte dos recursos repassados à Companhia. A diferença entre o valor pago pela Companhia e a glosa efetuada pelo Estado está registrada no ativo não circulante, conforme descrito na nota explicativa 6. Em outubro de 2008, o Superior Tribunal de Justiça decidiu novamente pela competência da Justiça Comum em Ação Civil Pública envolvendo as mesmas partes e matéria, cujo acórdão foi objeto de embargos. A Administração da Companhia, amparada pela opinião de seus assessores legais, entende que a responsabilidade pelos pagamentos dos benefícios relacionados a esse plano de complementação de aposentadoria é de inteira responsabilidade do Governo do Estado; como consequência, nenhuma obrigação ou provisão para perdas em relação a esse plano foi registrada nas demonstrações financeiras da Companhia.

01837-6 CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA 02.998.611/0001-04

12.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

5. As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista e de suas controladas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, que, sobre elas, emitiram parecer sem ressalva e com ênfase referente ao assunto descrito no parágrafo 4 acima, datado de 13 de março de 2009.

São Paulo, 05 de fevereiro de 2010, exceto pelo descrito na nota 35 cuja data é 08 de março de 2010.

Ernst & Young
Auditores Independentes
CRC 2SP015199/O-6

Luiz Carlos Passetti
Contador CRC 1SP144343/O-3

01837-6 CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA

02.998.611/0001-04

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, com os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2009.

Comentário da Administração

Em 2009, ano em que completou uma década de história, a CTEEP avançou na consolidação do seu modelo de gestão, com importantes conquistas que nos permitiram estabelecer bases sólidas para o crescimento do negócio nos próximos anos.

Os resultados financeiros no ano refletem as conquistas operacionais alcançadas pela Empresa. A Receita Operacional Bruta totalizou R\$ 1.904,8 milhões em 2009, um crescimento de 5,7% em relação a 2008. O EBITDA atingiu R\$ 1.361,4 milhões e margem EBITDA de 82,5%, resultado 3,4% superior ao registrado no ano anterior (R\$ 1.316,7 milhões).

Destacamos a boa aceitação do mercado à emissão de debêntures realizada pela CTEEP. Os recursos captados, no valor de R\$ 548,6 milhões, foram utilizados na recomposição do caixa da Companhia, em aportes de capital nas subsidiárias e na realização de investimentos em reforços nos ativos de transmissão.

A performance operacional foi um dos pontos fortes do ano. Mesmo diante dos sucessivos recordes no consumo de energia elétrica registrados pelo setor, mantivemos desempenho superior em relação aos principais indicadores de análise do setor: o índice de energia não-suprida ficou em 0,94% e a disponibilidade de ativos, acima de 99,91%.

Com o objetivo de ampliar e reforçar a capacidade de sua rede de transmissão, buscando atender ao crescimento do mercado consumidor de energia elétrica, energizamos 54 projetos e instalamos 491,3 km de novas linhas.

Fruto do leilão promovido pela ANEEL em janeiro de 2009, em que arrematamos quatro lotes, constituímos a Interligação Elétrica Serra do Japi para implantação das subestações Salto e Jandira. O empreendimento tem investimento estimado em R\$ 208,9 milhões e RAP de R\$ 21,8 milhões, com início das operações previsto para novembro de 2011.

Os investimentos em 2009 totalizaram R\$ 557,3 milhões, dos quais R\$ 211,6 milhões foram destinados a projetos de aumento da capacidade, construção de novas linhas de transmissão e instalação de equipamentos nas subestações.

Com este desempenho, a CTEEP encerra em 2009 um ciclo virtuoso de crescimento, que terá continuidade em 2010. Além de consolidar todas as realizações no ano, continuaremos consolidando o modelo de gestão e firmando iniciativas sustentáveis e de criação de valor aos acionistas e à sociedade.

1. PERFIL DA COMPANHIA

A CTEEP é a principal empresa concessionária privada do setor de transmissão de energia elétrica no Brasil, responsável pela transmissão de 30% de toda a energia produzida no País. Desde junho de 2006, é controlada pela ISA, um dos maiores grupos de transmissão de energia da América Latina.

01837-6 CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA

02.998.611/0001-04

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

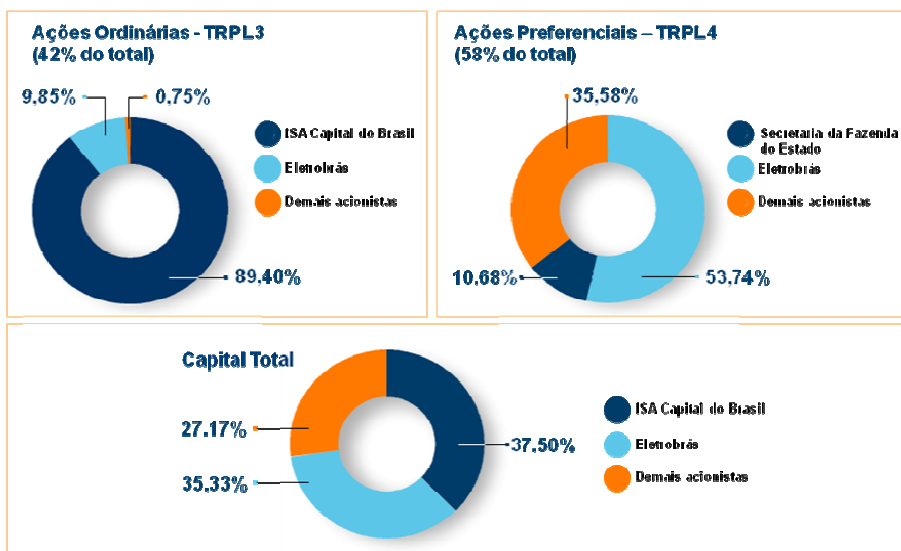
Com capacidade instalada de 43.223 MVA, a CTEEP é responsável pela transmissão de quase 100% da energia elétrica produzida no Estado de São Paulo. Para garantir a excelência no atendimento aos seus clientes, conta com uma infra-estrutura formada por uma rede de 12.271 km de linhas de transmissão, 18.698 km de circuitos, 105 subestações com tensão de até 550 kV e 2.488 km de cabos de fibra ótica.

A atuação da CTEEP é pautada pela busca da criação de valor com foco contínuo na melhoria da prestação de serviços aos seus clientes, pelo retorno adequado ao acionista, por iniciativas que promovam a melhoria permanente em processos e pela adoção de uma atitude socialmente responsável.

A Companhia investe na modernização de sistemas, na inovação de processos e na expansão da capacidade de seu sistema de transmissão. Sua estratégia de crescimento contempla a otimização dos ativos existentes, a participação em leilões de novas linhas de transmissão e a avaliação constante das oportunidades de aquisição no mercado de transmissão. Fruto dessa estratégia consistente de crescimento, a CTEEP expande sua atuação para 12 estados brasileiros com os novos empreendimentos conquistados em leilões promovidos pela ANEEL e por meio das participações nas empresas Pinheiros, Serra do Japi, IeSul, IEMG, IEMadeira e IENNE.

Com ações listadas na Bovespa, a CTEEP integra, desde 2002, o Nível 1 de Governança Corporativa e tem suas ações preferenciais listadas no Ibovespa, importante indicador do desempenho médio das cotações do mercado brasileiro de ações. A Companhia também possui um programa de “*American Depositary Receipts – ADRs*” – Regra 144 A nos Estados Unidos.

Composição Acionária



2. AMBIENTE DO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA

Registramos no início do ano, uma ligeira retração no consumo de energia elétrica - reflexo direto dos impactos sofridos pela economia brasileira em razão da crise mundial vivida a partir de meados de 2008, No

01837-6 CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA 02.998.611/0001-04

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

entanto os meses seguintes indicaram recuperação do consumo, constatada a partir da quebra do recorde de demanda máxima do Sistema Interligado Nacional (SIN) no valor de 2,83% de acréscimo ao recorde anterior ocorrido em 2008.

Dados do estudo da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), publicado em 2009, apontam o acréscimo de 51,5% na capacidade de geração de energia no período 2007 a 2017 para atender à constante demanda de crescimento do país. Neste mesmo período, para escoar a energia produzida, a EPE estima o acréscimo de 36.387 km de linhas de transmissão e de 71.357MVA de transformação. Neste cenário, este mesmo estudo prevê investimentos de R\$ 50,7 bilhões em novas linhas de transmissão e subestações.

3. AMPLIAÇÃO E EXPANSÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO

3.1. Projetos Energizados em 2009

Para assegurar maior confiabilidade de seu sistema, garantir a qualidade dos serviços prestados e, dessa forma, consolidar seu posicionamento como relevante empresa do setor elétrico brasileiro, a CTEEP investe permanentemente no aumento da capacidade de transformação, construção, recondutoramento e recapitação de linhas de transmissão e outros reforços, o que permitiu, em 2009, um acréscimo de 243,75 MVA de capacidade de transformação instalada no sistema. Foram, ainda, reconduzidas 491,3 km de linhas de transmissão (807,0 km de circuitos).

Em 2009, por meio de Resoluções Autorizativas editadas pela ANEEL ou de Contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão (CCT) assinados com clientes livres, a CTEEP energizou 54 empreendimentos, sendo 14 na Rede Básica e 40 nas DITs. Tais empreendimentos corresponderam a investimentos de R\$ 214,4 milhões, desembolsados ao longo dos últimos 3 (três) anos.

3.2. Acréscimo de Capacidade de Transformação

<i>Subestação</i>	<i>Tensões (kV)</i>	<i>Acréscimo de Capacidade de Transformação (MVA)</i>
Cerquillo	88-13,8	12,00
Mogi Mirim II	138-13,8	18,75
Botucatu	230-138	150,00
Scharlau	230-138	63,00
TOTAL		243,75

3.3. Acréscimo de Linhas de Transmissão

<i>Linha de Transmissão</i>	<i>Tensão (kV)</i>	<i>Nº de Circuitos</i>	<i>Linhas de Transmissão Recondutoradas (km)</i>
S. J. Campos - Taubaté	230	1	34,7
Ilha Solteira - Jales	138	2	111,0
Taubaté - Aparecida	230	2	41,5
Jupia - Valparaíso	138	2	47,0
Mogi (F) - S. J. Campos C1	230	1	49,4
Pres. Prudente - Capivara	138	2	53,0
Aparecida - S. Cabeça	230	1	41,5
Andradina - Valparaíso	138	2	63,2
Mogi (F) - S. J. Campos C2	230	1	50,0
TOTAL			491,3

01837-6 CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA

02.998.611/0001-04

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

4. PRINCIPAIS INICIATIVAS EM OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO

Parar garantir a solidez do negócio, a CTEEP adota iniciativas que contribuem para reforçar sua participação no mercado de transmissão de energia elétrica e, conseqüentemente, atingir seus objetivos de crescimento.

Desde 2007, a CTEEP concentra a operação remota de suas 105 subestações por meio do Centro de Operação da Transmissão, responsável pela Rede Básica (tensão igual ou acima de 230 kV) e pelo Centro de Operação de Retaguarda, responsável pela operação das DIT's (Demais Instalações de Transmissão com tensões abaixo de 230 kV).

A Companhia investe continuamente no treinamento de seus colaboradores, principalmente na capacitação de técnicos e assistentes de subestação, que passaram a integrar o novo modelo de trabalho nas áreas de Operação e Manutenção e, hoje, além de preparados para operar a subestação em casos de emergência, são responsáveis pela manutenção dos equipamentos. Também o Simulador de Treinamento de Operadores de Sistema no Centro de Operação da Transmissão tem se demonstrado uma ferramenta importante para capacitação de operadores da companhia, incluindo a simulação de situações reais no sistema com a participação de empresas de geração e distribuição, bem como o acompanhamento do Operador Nacional do Sistema - ONS.

Entre as principais iniciativas destacam-se:

✓ Digitalização de Subestações

Concluído o projeto de digitalização da SE Mongaguá, iniciativa inédita baseada nos conceitos da norma IEC 61850. A SE Mongaguá recebeu novos sistemas de proteção, medição, comandos, controles e supervisão, aparados por normas internacionais do protocolo de comunicação aberto, que propicia uma operação mais confiável e segura. Iniciamos a digitalização das subestações de Mairiporã, Porto Ferreira e Jaguari, com investimento total da ordem de R\$ 8 milhões e conclusão prevista para 2010.

✓ Manual Unificado de Operação e Manutenção e Programa de Excelência Técnica da CTEEP

Em 2009 foi desenvolvido e consolidado o Manual Unificado para Operação e Manutenção Segura, que estabelece as premissas básicas de segurança que devem ser observadas nas atividades de Manutenção e Operação do Sistema Elétrico de Transmissão e que, aliado ao programa de Excelência Técnica, garantem a máxima condição de segurança para as atividades de Operação e Manutenção.

✓ Implantação da ISO 9001 na Manutenção e Empreendimentos

Em 2009, a CTEEP recebeu recomendação, pelo organismo certificador BVC (*Bureau Veritas Certification*) para a Certificação de 100% dos processos da Área de Manutenção e Empreendimentos, segundo os critérios da NBR ISO 9001:2008, que somadas à certificação dos processos de Operação consolidam a gestão técnica da organização.

✓ SICAR

Em 2009, foi concluído o processo de implantação do SICAR (Sistema Integrado de Coleta Automática de Registros), um sistema digital que disponibiliza, de forma rápida, todos os dados de uma perturbação no Sistema Elétrico ao Centro de Operação de Bom Jardim. De posse destas informações, os operadores são capazes de fazer uma análise do ocorrido e devolver os equipamentos afetados à operação, no menor tempo possível.

01837-6 CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA 02.998.611/0001-04

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

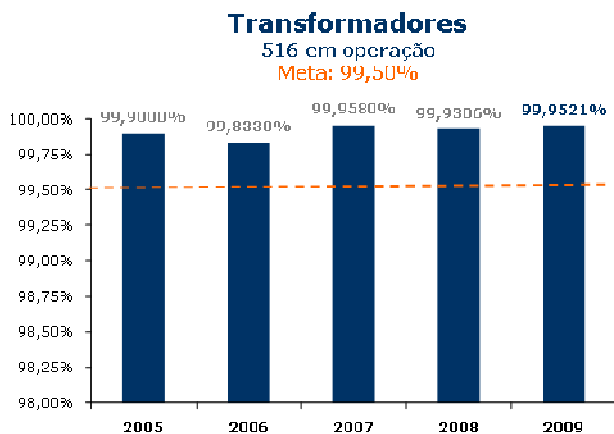
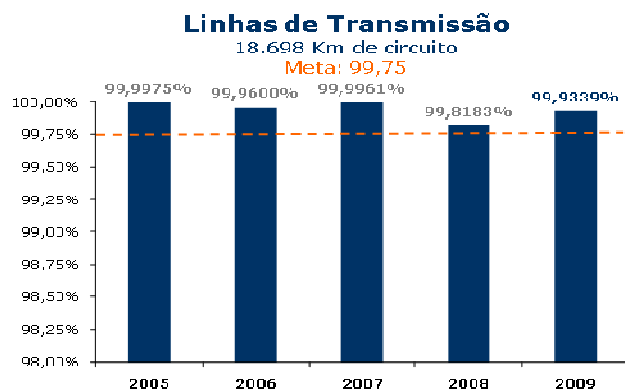
✓ Modernização do Sistema de Telecomunicações

Com investimentos totais de R\$ 65 milhões, a CTEEP iniciou o projeto de digitalização do seu sistema de telecomunicações, que envolve a troca de equipamentos analógicos por digitais e propiciará, após a sua conclusão no primeiro semestre de 2010, maior confiabilidade e agilidade no monitoramento dos ativos de transmissão da companhia.

✓ Indicadores de Desempenho do Sistema de Transmissão

A receita da CTEEP está diretamente relacionada à disponibilidade de seus ativos: linhas de transmissão, reatores e transformadores. A Companhia investe permanentemente para garantir a eficiência e qualidade na operação, na medida em que a indisponibilidade de seus ativos pode gerar um desconto em sua receita (parcela variável).

Em julho de 2009, a ANEEL concedeu uma bonificação à Companhia de R\$ 2,8 milhões em razão do baixo índice de parcela variável, que mede a indisponibilidade dos equipamentos (0,13% da Companhia contra 0,53% da média do setor). Abaixo indicadores que ilustram a eficiência operacional da Companhia em 2009:



01837-6 CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA 02.998.611/0001-04

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as Demonstrações Financeiras Auditadas. As alterações nas práticas contábeis introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09 e pelos Pronunciamentos emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), não produziram impactos na comparabilidade dos resultados apresentados a seguir.

5.1. Receita Operacional Bruta

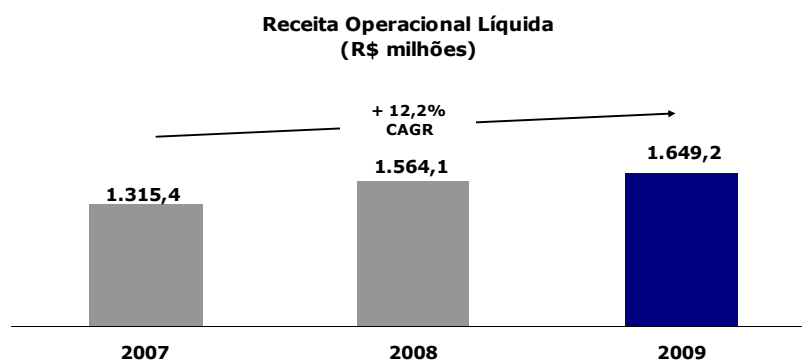
A receita operacional bruta aumentou 5,7%, atingindo R\$ 1.904,8 milhões em 2009 (R\$ 1.802,4 milhões em 2008), em decorrência, substancialmente, do crescimento de 5,6% verificado na receita de uso da rede elétrica, que reflete o reajuste anual pelo IGP-M do ciclo 2008/2009.

5.2. Deduções da Receita

As deduções da receita operacional aumentaram 7,8%, totalizando R\$ 255,6 milhões em 2009 contra R\$ 237,1 milhões em 2008, devido ao aumento de 12,9% nos encargos regulatórios, decorrente do saldo maior a aplicar nos projetos de Pesquisa & Desenvolvimento. O crescimento nos encargos regulatórios foi combinado com o aumento de 0,1% em tributos sobre a receita, decorrente do ajuste referente ao ativo regulatório registrado em 2008.

5.3. Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida da CTEEP totalizou R\$ 1.649,2 milhões em 2009, um crescimento de 5,4% em relação ao mesmo período de 2008. A taxa média anual de crescimento, desde 2007 (CAGR - *Compound Annual Growth Rate*), foi de 12,2%.



5.4. Custos dos Serviços da Operação e Despesas Operacionais

Os custos dos serviços da operação e despesas gerais e administrativas tiveram aumento de 17,8%, alcançando R\$ 505,5 milhões em 2009, frente os R\$ 429,0 milhões em 2008. Esse desempenho decorre, substancialmente, do incremento de 8,1% das despesas com pessoal combinado com a redução de 19,7% no ganho atuarial dos planos de pensão e previdência e com o aumento de 17,1% em serviços de terceiros.

O aumento das despesas de pessoal reflete, substancialmente, o dissídio de 6,2% concedido em agosto de 2009, retroativamente a junho de 2009.

01837-6 CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA 02.998.611/0001-04

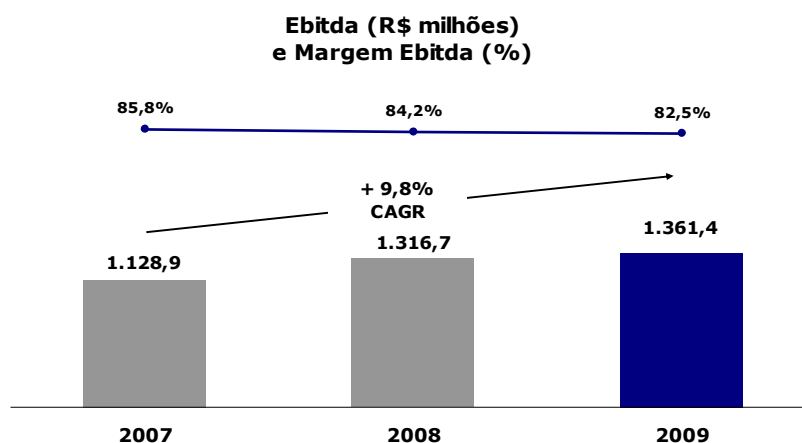
13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A redução do ganho atuarial dos planos de pensão e previdência decorre, substancialmente, da diferença no ganho atuarial apurado em 2009.

O aumento em serviços de terceiros decorre do aumento com manutenção de linhas de transmissão e subestações, serviços de limpeza e higienização de ambientes e, consultoria tributária.

5.5. EBITDA

O EBITDA totalizou \$ 1.361,4 milhões em 2009, com margem EBITDA de 82,5%, mantendo desempenho praticamente estável em relação a 2008 (EBITDA de R\$ 1.316,7 milhões, com margem EBITDA de 84,2%).



5.6. Resultado Financeiro

O resultado financeiro atingiu despesa de R\$ 266,8 milhões em 2009, com redução de 6,0% em relação a 2008 (R\$ 284,0 milhões), devido ao aumento dos juros sobre capital próprio e dos encargos sobre a dívida (notas promissórias e parcelamento de impostos), parcialmente compensado pelo aumento dos juros ativos decorrentes da atualização dos créditos tributários.

5.7. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro

As despesas com imposto de renda e contribuição social aumentaram 3,6% somando R\$ 268,1 milhões em 2009 contra R\$ 258,7 milhões em 2008. A taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social foi de 31,7% em 2009 comparado com 30,6% em 2008.

5.8. Lucro líquido

Em decorrência dos eventos acima expostos, o lucro líquido do exercício manteve-se praticamente estável em relação a 2008 ao atingir R\$ 828,0 milhões.

5.9. Estrutura de Capital

A CTEEP, em linha com a estratégia de otimização da estrutura de capital, obteve recursos para o financiamento de seu crescimento por meio de fontes competitivas no mercado.

A dívida total consolidada da Companhia ao final de 2009 era de R\$ 1.048,4 milhões e a dívida líquida, de R\$ 1.006,2 milhões, o que representava uma relação dívida líquida/Ebitda de 0,76 vezes.

01837-6 CIA.DE TRANSM.DE EN.ELETRICA PAULISTA 02.998.611/0001-04

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Do total da dívida, 52,9% referem-se a empréstimos contratados junto ao BNDES, 46,8% são oriundos de emissões de notas promissórias de curto prazo e instituições financeiras privadas, ambas indexadas ao CDI, sendo que o restante provém de outras fontes.

O passivo circulante consolidado de R\$ 1.259,8 milhões, embora superior ao ativo circulante de R\$ 688,1 milhões, é absorvido pela forte geração de caixa da Companhia. Também como estratégia de realocação de dívida para longo prazo ocorreu a bem sucedida emissão de debêntures em dezembro de 2009.

Ao final de 2009, 43,6% do total de financiamentos da Companhia eram de longo prazo. A Companhia não adota a prática de utilização de instrumentos financeiros derivativos.

6. INVESTIMENTOS

Em 2009, o investimento total da CTEEP em seus ativos existentes, corporativo, capitalização de pessoal e aportes nas subsidiárias foi de R\$ 557,3 milhões. O valor específico de cada conta pode ser verificado na tabela abaixo:

R\$ milhões	2009
Corporativo	16,7
Reforço Tipo 1	151,6
Reforço Tipo 2	31,2
Novas Conexões	28,8
PMT	38,6
PMIS	11,3
Capitalização de Pessoal (mão de obra)	7,3
Projeto Telecom	40,5
Aporte nas subsidiárias	231,3
TOTAL	557,3

Reforços Tipo 1 e 2:

Investimentos direcionados para atendimento do sistema de Rede Básica. Geram RAP adicional.

Novas Conexões:

Investimentos direcionados para atendimento exclusivo de consumidores livres. Geram RAP adicional.

PMTs e PMIs:

Investimentos necessários para manutenção da qualidade do sistema e minimização do impacto da parcela variável.

6.1. Novas Concessões

Além dos investimentos feitos nos ativos existentes, a CTEEP direciona sua atuação para a aquisição de lotes de novas linhas de transmissão leiloados pela ANEEL, como forma de aumentar sua receita e presença no mercado brasileiro. Em linha com esse posicionamento, em maio de 2009 a CTEEP arrematou quatro lotes do leilão 001/2009 promovido pela ANEEL:

01837-6 CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA 02.998.611/0001-04

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

	<i>Participação CTEEP</i>	<i>RAP (R\$ milhões)</i>	<i>RAP CTEEP (R\$ milhões)</i>	<i>Entrada em Operação</i>
Serra do Japi – Interligação Elétrica do Japi S.A.	100%	21,8	21,8	Nov/2011
Linha Verde	25,5%	42,7	10,9	Nov/2011
Rio Branco	25,5%	24,4	6,2	Nov/2011
Transmissora Matogrossense	5%	27,5	1,4	Nov/2011
		116,4	40,3	

6.2. Plano de Investimentos Plurianual 2010/2012

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 18 de janeiro de 2010, aprovou o Plano de Investimentos Plurianual para o triênio 2010/2012, com base nas estimativas de execução de investimentos da Companhia.

(em R\$ milhões)

Próprio	2010	2011	2012
Corporativo	7,3	7,2	6,2
Reforços Tipo 1	218,4	243,7	206,9
Reforços Tipo 2	47,5	68,3	47,8
Novas Conexões	45,9	2,4	23,3
PMT	36,9	41,1	37,4
PMIS	37,9	47,2	37,9
Projeto Telecom	35,0	0	0
Capitalização Pessoal	12,7	13,3	13,9
Subtotal Próprio (A)	441,7	423,2	373,4
Aporte nas Subsidiárias	2010	2011	2012
IEMG	2,7	0	0
IENNE	39,9	0	0
Pinheiros	105,6	0	0
IESul	37,2	9,4	0
IEMadeira	129,7	204,3	47,9
Serra do Japi	37	58,6	0
Subtotal Subsidiárias (B)	352,1	272,3	47,9
TOTAL (A + B)	793,8	695,5	421,3

01837-6 CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA 02.998.611/0001-04

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Dentro do Plano de Investimentos Plurianual, a CTEEP tem como premissa buscar apoio financeiro de diferentes fontes para financiar seus investimentos, seja nos projetos de reforços, novas conexões, manutenção (PMT e PMIS) e Telecom, bem como nos aportes em suas subsidiárias.

7. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Desde sua constituição, a CTEEP vem aperfeiçoando seus processos de gestão e os sistemas de controle adotados. A Companhia foi a primeira empresa de energia elétrica no Estado de São Paulo a aderir ao Nível 1 de Governança Corporativa da Bovespa, em setembro de 2002. Com a adesão, a Companhia, que tem suas ações preferenciais incluídas no Ibovespa, passou também a compor o Índice de Governança Corporativa (IGC), carteira teórica composta por ações de empresas que apresentam elevados padrões de relacionamento com todos os seus acionistas e demais *stakeholders*.

7.1. Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o fórum central de decisão e definição da orientação geral dos negócios da Companhia, com foco na criação de valor para os acionistas. É constituído por 10 membros, entre os quais um independente, um representante dos empregados e um representante dos minoritários.

7.2. Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da CTEEP tem caráter permanente e é formado por cinco conselheiros efetivos e cinco suplentes, com a participação de representantes dos acionistas minoritários. O órgão é responsável por fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários, dentre outras responsabilidades.

7.3. Comitês Especializados

No modelo de governança adotado pela CTEEP, que prioriza a eficiência administrativa e a profissionalização de seus gestores, os comitês têm papel fundamental de interagir com a Diretoria, preparando antecipadamente os temas a serem debatidos e aprovados pelo Conselho de Administração. Dessa forma, em 2009, a Conselho de Administração da CTEEP contou com dois comitês para auxiliar suas tomadas de decisões, quais sejam:

✓ Comitê de Auditoria Interna

Com o objetivo de fortalecer o Sistema de Controle Interno, a Gestão de Riscos e as práticas de Governança Corporativa da Companhia, o Comitê de Auditoria Interna é formado por cinco membros, sendo quatro membros do conselho de administração e um auditor corporativo do Grupo ISA. O presidente e o auditor interno da CTEEP participam das reuniões como convidado permanente e secretário técnico, respectivamente. As reuniões são realizadas três vezes ao ano.

✓ Comitê de Remuneração

Composto por três membros e responsável por acompanhar, analisar e propor ao Conselho de Administração temas relacionados a remuneração dos diretores e conselheiros, indicação de membros para a Diretoria; cargos e salários; política salarial; remuneração variável; participação em lucros e resultados (PLR); e acordo coletivo de trabalho.

8. MERCADO DE CAPITAIS

8.1. Nossas Ações

Em 2009, foram realizados 197.794 negócios com as ações preferenciais da CTEEP, o que representa um aumento de 22,9% em relação ao exercício de 2008, envolvendo um volume financeiro de R\$ 2.486 milhões.

01837-6 CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA

02.998.611/0001-04

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

No ano, as ações ordinárias (TRPL3) e preferenciais (TRPL4) valorizaram-se 19,76% e 23,21%, respectivamente, período em que o Ibovespa apresentou valorização de 82,66% e o Índice de Energia Elétrica (IEE) valorizou-se 59,09%.

A CTEEP também participa do Programa Patrocinado de *American Depositary Receipts* (ADR) Nível 1 lastreados em ações ordinárias e preferenciais. Para esse fim, o Bank of New York Mellon é a instituição depositária dos ADRs nos Estados Unidos e, no Brasil, o Itaú S.A. é a instituição custodiante das ações lastro desses ADRs, à razão de 1 *Depositary Share* para cada 1 ação de ambas as espécies. No encerramento do exercício social de 2009 constavam da sua base acionária, 23.699 ADRs referentes às ações ordinárias e 2.041.296 ADRs referentes às ações preferenciais.

8.2. Primeira Emissão Pública de Debêntures

Em dezembro de 2009, a CTEEP finalizou o processo de sua 1ª Emissão de Debêntures. Foram subscritas e integralizadas 54.860 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, todas nominativas e escriturais, com valor nominal de R\$ 10.000,00, perfazendo o montante de R\$ 548.600.000,00. A emissão foi aprovada nas reuniões do Conselho de Administração de 30 de setembro e 14 de dezembro de 2009.

9. RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

Dando continuidade ao plano de desenvolvimento do modelo de Responsabilidade Social Empresarial, a CTEEP destaca as seguintes ações e programas estruturados por grupo de interesse no ano de 2009:

9.1. Clientes

Um dos focos de atuação da CTEEP é construir relações sustentáveis com seus clientes e, dessa forma, prestar serviços com qualidade a custos competitivos. No Programa Clientes CTEEP, a Empresa deu continuidade a Pesquisa de Satisfação de Clientes na área de Operação, com incremento no índice de satisfação que passou de 73,3 em 2008 para 74,6 em 2009. Também foram realizadas as primeiras medições da satisfação de clientes e interlocutores dos setores de Manutenção e Empreendimentos, com o índice de satisfação registrado foi de 75,8 e 79,2, respectivamente.

Outra importante ação realizada foi o Plano de Simulação e Desligamento – exercício de simulação e contingência de ocorrências no sistema com a participação das distribuidoras e geradoras e acompanhamento do ONS, propiciando capacitação qualificada dos operadores.

9.2. Fornecedores

Para construir relações de transparência e confiança com seus fornecedores, a CTEEP mantém um programa que visa ao desenvolvimento e à gestão por um processo contínuo de comunicação e conta com reuniões de apresentação de resultados, demandas e estratégias de suprimentos e com uma premiação, que reconhece os melhores fornecedores com base em um processo de avaliação baseada em critérios como qualidade, logística, recursos humanos, inovação e responsabilidade social.

9.3. Acionistas e investidores

Consolidar uma comunicação permanente com os acionistas e o mercado faz parte do posicionamento adotado pela CTEEP, que investe na promoção de iniciativas como a consolidação das práticas de governança corporativa, a aplicação dos indicadores de performance do Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa (ISE) e a realização periódica de reuniões e teleconferências com analistas e investidores.

01837-6 CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA 02.998.611/0001-04

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Tal esforço foi reconhecido com a conquista do Prêmio Abrasca de Criação de Valor aos Acionistas – Destaque Setorial, oferecido pela Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca). Durante o ano, a CTEEP também recebeu o Selo Ouro de Assiduidade da APIMEC.

9.4. Estado

Por meio do seu Programa de Relações Governamentais, que visa ao fortalecimento do relacionamento com os órgãos do Governo, a CTEEP mantém participação ativa em conselhos de administração, comitês, comissões de órgãos públicos e entidades de classe do setor. Outra ação refere-se a construção do comitê regulatório, focada em analisar de forma proativa possíveis soluções aos principais temas de interação com as entidades reguladoras.

9.5. Sociedade

Contribuir para o desenvolvimento sustentável e para o bem-estar social é uma das diretrizes que norteiam o relacionamento da CTEEP com a sociedade.

Em 2009, a empresa manteve-se focada em definir suas diretrizes e focos de atuação em Responsabilidade Social para garantir um maior alinhamento entre os objetivos estratégicos da companhia e a busca por projetos sustentáveis que transmitam sua identidade corporativa nas áreas de Educação, Cultura, Desenvolvimento Sustentável, Meio Ambiente e Solidariedade.

Neste sentido, foi promovido com o público interno o Workshop de Responsabilidade Social Empresarial para a definição de diretrizes e focos de atuação em RSE, servindo esse exercício como base para análise de projetos atuais e futuros. Outra iniciativa importante é o projeto de engajamento com as comunidades do entorno, projeto piloto realizado com três áreas de influência da CTEEP, em que a partir de uma pesquisa foi possível analisar quais as expectativas e necessidades colocadas pela comunidade. A empresa também apoiou os Grupos Jovens da Santa Marcelina Cultura.

Na gestão ambiental, aliado ao princípio de minimizar o impacto ambiental nas áreas onde está instalada, a CTEEP desenvolveu e implementou em 2009 medidas com o objetivo de ampliar e reafirmar seu compromisso com a sustentabilidade, destacando a manutenção do Sistema de Gestão Ambiental em 58 subestações e ampliação da recomendação para 5 novas subestações e para 1ª linha de transmissão da CTEEP, a LT 138 kV Araraquara / São Carlos, perfazendo um total de 63 subestações uma linha de transmissão certificada pela Norma NBR ABNT ISO 14001:2004. Também realizamos o diagnóstico para implantação do Sistema de Saúde e Segurança do Trabalho (SGSST) pela Norma OHSAS 18.001:2007.

9.6. Colaboradores

O relacionamento da CTEEP com seus 1.409 colaboradores é pautado pelo interesse da Empresa em aportar para o desenvolvimento integral de seus profissionais, valorizando sua contribuição para o crescimento do negócio. A partir desse posicionamento, o foco das ações promovidas durante o ano de 2009 foi preparar a equipe para os desafios da Companhia, fortalecendo as competências e habilidades dos colaboradores.

A CTEEP mantém o Programa de Inclusão de Pessoas com Deficiência, com o qual reitera o seu compromisso para a construção de uma cultura de respeito às diferenças, promovendo a diversidade. Em 2009, foram contratadas 62 pessoas com deficiências para compor o quadro efetivo de colaboradores. Durante o ano, também teve continuidade o Programa de Estágio da CTEEP, que contou com a participação de 28 jovens, com índice de efetivações de 50%.

01837-6 CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA

02.998.611/0001-04

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

9.7. Educação corporativa

Por meio do Programa de Educação Corporativa, a CTEEP oferece aos seus colaboradores ações de treinamento e capacitação para promover o desenvolvimento das competências requeridas pelas estratégias do negócio e, dessa forma, qualificar os talentos existentes na Empresa.

Em 2009, uma das principais ações desenvolvidas foi o Programa de Desenvolvimento da Liderança com grupos de gerentes e coordenadores, que busca preparar os líderes da CTEEP para o desenvolvimento dos aspectos relacionados à gestão de pessoas e liderança.

A Empresa também oferece programas de incentivo à Educação, que consiste no subsídio financeiro que beneficiou 281 colaboradores em 2009. Adicionalmente, foram promovidas diversas ações de treinamento, formação e qualificação aos colaboradores, visando ao aperfeiçoamento e melhoria constantes no desempenho de suas atividades profissionais. Entre treinamentos obrigatórios, normativos e de desenvolvimento, ao todo, foram promovidas 738 turmas, que totalizaram 74.368 horas/aulas, 6.005 participações e uma média de 54 horas anuais de treinamento por colaborador.

9.8. Avaliação por desempenho

Em 2009, a CTEEP incorporou um modelo de gestão de desempenho reconhecido internacionalmente, cujo objetivo principal é identificar e compreender a real contribuição de cada colaborador para as conquistas da organização.

Por meio do novo modelo foi possível acompanhar a evolução do profissional e, a partir das informações levantadas, reconhecer o desempenho individual, propor melhorias e o desenvolvimento de habilidades.

9.9. Gestão do conhecimento

Para aprimorar sua capacidade de reter, compartilhar, disseminar e construir conhecimentos fundamentais para manter sua competitividade no mercado, a CTEEP iniciou em 2009 o Programa de Gestão do Conhecimento. A Modelagem Estratégica de Gestão do Conhecimento na CTEEP contempla a avaliação das características do negócio e o mapeamento e priorização das áreas de conhecimento críticas para definir as diretrizes estratégicas que apontam métodos e ferramentas de gestão do conhecimento.

10. PROGRAMA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

A importância estratégica dos programas de P&D e o lançamento do novo Manual do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica da ANEEL mobilizaram mudanças significativas no processo de definição dos temas de pesquisa que serão desenvolvidos nos próximos cinco anos, propiciando maior alinhamento aos objetivos estratégicos da CTEEP.

Em janeiro de 2009, foram implantados dez projetos novos do ciclo 2006/2007, aprovado pela ANEEL em novembro de 2008. Em setembro de 2009, foram também implantados dois projetos nos moldes do novo Manual da ANEEL. Para fomentar propostas para os próximos ciclos, a CTEEP realizou o Workshop de P&D contando com a participação de aproximadamente 140 profissionais de instituições ligadas ao meio científico e acadêmico, concessionárias do setor elétrico e fabricantes.

01837-6 CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA 02.998.611/0001-04

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Investimentos em Projetos de P&D (finalizados ou em andamento)

Ciclo	R\$ milhões
2001/2002	3,21
2002/2003	3,56
2003/2004	2,21
2004/2005	4,43
2005/2006	5,11
2006/2007 (Iniciado em janeiro de 2009)	4,78
Subtotal Projetos (finalizados ou em andamento)	23,30

11. AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, de 14 de janeiro de 2003, a CTEEP informa que não possui outros contratos com seus Auditores Independentes que não estejam relacionados com a auditoria das Demonstrações Financeiras da Companhia, divulgadas e encaminhadas à Comissão de Valores Mobiliários.

12. ENCERRAMENTO E AGRADECIMENTOS

A Administração da CTEEP agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores e comunidade, pela cooperação e confiança depositadas ao longo de 2009 e, de maneira especial, aos seus colaboradores pela competência, empenho e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

A Administração

01837-6 CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA 02.998.611/0001-04

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

1. Contexto Operacional

1.1 Objeto social

A CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“CTEEP” ou “Companhia”) é uma sociedade de capital aberto, autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividades principais o planejamento, a construção e a operação de sistemas de transmissão de energia elétrica, bem como programas de pesquisa e desenvolvimento no que tange a transporte de energia e outras atividades correlatas à tecnologia disponível, sendo suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Companhia é oriunda de cisão parcial da Companhia Energética de São Paulo (“CESP”), tendo iniciado suas operações comerciais em 01 de abril de 1999. Em 10 de novembro de 2001, incorporou a EPTE - Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica S.A. (“EPTE”), empresa oriunda da cisão parcial da Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A.

Em leilão de privatização realizado em 28 de junho de 2006, na Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, nos termos do Edital SF/001/2006 o Governo do Estado de São Paulo, até então acionista majoritário, alienou 31.341.890.064 ações ordinárias de sua propriedade, correspondentes, a 50,10% das ações ordinárias de emissão da CTEEP. A empresa vencedora do leilão foi a Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P.

A liquidação financeira da operação realizou-se em 26 de julho de 2006 com a conseqüente transferência da titularidade das citadas ações à ISA Capital do Brasil S.A. (“ISA Capital”), sociedade brasileira controlada pela Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P. (“ISA”), constituída para operar no Brasil, que, dessa forma passou a ser a controladora da CTEEP. A referida operação teve anuência da ANEEL, em 25 de julho de 2006, conforme Resolução Autorizativa 642/06, publicada no Diário Oficial de 26 de julho de 2006.

Em 12 de setembro de 2006, a ISA Capital adquiriu mais 10.021.687 ações ordinárias de emissão da CTEEP, detidas pelo Estado de São Paulo, passando a deter 31.351.911.751 ações ordinárias.

Em 09 de janeiro de 2007 a ISA Capital adquiriu, por meio de leilão de oferta pública de aquisição de ações – OPA realizada na BOVESPA, nos termos do edital publicado em 04 de dezembro de 2006, 24.572.554.070 ações ordinárias de emissão da CTEEP, correspondentes a 39,28% do total dessa espécie de ações.

Em decorrência dessa aquisição, a ISA Capital passou a deter o equivalente a 89,40% do capital votante e 37,46% do capital total da CTEEP. Assim, após o grupamento de ações realizado em 12 de julho de 2007, de um total de 62.558.662 ações ordinárias, 55.924.465 são de propriedade da ISA Capital do Brasil S.A.

Em agosto de 2009, foi aprovado o aumento do capital social no montante de R\$ 63.049, equivalentes a 1.371.525 ações, dos quais R\$ 26.429, equivalentes a 574.927 ações, couberam ao acionista controlador (Nota 22 (a)). Em conseqüência desse aumento, a ISA Capital passou a deter 56.499.392 ações ordinárias, correspondendo a 37,5% do capital total da Companhia.

As ações da Companhia são negociadas na BOVESPA. Adicionalmente, a CTEEP possui programa de “American Depositary Receipts - ADRs” - Regra 144 A nos Estados Unidos. O depositário dos ADRs é o The Bank of New York, e o Banco Itaú S.A. é o custodiante.

01837-6 CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA 02.998.611/0001-04

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em setembro de 2002, a Companhia aderiu às práticas diferenciadas de Governança Corporativa – Nível 1, da BOVESPA. Os compromissos assumidos por conta da referida adesão garantem maior transparência da Companhia com o mercado, investidores e acionistas, facilitando o acompanhamento dos atos da Administração.

A Companhia tem suas ações preferenciais incluídas no Índice BOVESPA - IBOVESPA e também integra o Índice de Governança Corporativa – IGC e o Índice de Energia Elétrica – IEE.

1.2 Concessões

A Companhia possui o direito de explorar, direta ou indiretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Concessionária	Contrato	Part. (%)	Prazo (anos)	Vencimento	Receita Anual Permitida - RAP	
					R\$ mil	Mês Base
CTEEP	059/2001		20	07/07/15	1.816.005	06/09
CTEEP	143/2001		30	20/12/31	13.747	06/09
IEMG (Nota 11)	004/2007	60	30	19/04/37	12.339	06/09
IENNE (Nota 11)	001/2008	25	30	16/03/38	31.674	06/09
Pinheiros (Nota 11)	012/2008	100	30	16/10/38	6.421	06/09
Pinheiros (Nota 11)	015/2008	100	30	16/10/38	10.819	06/09
Pinheiros (Nota 11)	018/2008	100	30	16/10/38	2.759	06/09
IESul (Nota 11)	013/2008	100	30	16/10/38	3.866	06/09
IESul (Nota 11)	016/2008	100	30	16/10/38	6.960	06/09
IEMadeira (Nota 11)	013/2009	51	30	25/02/39	176.249	11/08
IEMadeira (Nota 11)	015/2009	51	30	25/02/39	151.788	11/08
Serra do Japi (Nota 11)	026/2009	100	30	19/11/39	21.804	05/09

Em decorrência da aquisição do controle acionário da CTEEP pela ISA Capital, ocorrida em 28 de junho de 2006, foi celebrado Termo Aditivo ao contrato de concessão 059/2001 - ANEEL da CTEEP, em 29 de janeiro de 2007, de modo a refletir essa realidade do novo controlador. Nesse aditivo, foram mantidas as condições pactuadas inicialmente e agregada cláusula definindo que o ágio pago no leilão, assim como as obrigações especiais e os valores decorrentes da Lei Estadual 4.819/58 previstos no Edital de Alienação SF/001/2006, não serão considerados pela ANEEL para efeito da avaliação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Ainda em decorrência desse aditivo, a ISA Capital do Brasil S.A. e a Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P. (Colômbia) comprometem-se a fazer aportes de capital na CTEEP.

Em 08 de maio de 2009, através do leilão ANEEL nº 001/2009, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, em sessão pública conduzida pela BM&FBOVESPA, a CTEEP arrematou os lotes C, D e E através do Consórcio Porto Velho, com participação da Eletronorte e Abengoa. A seguir, detalhe dos lotes arrematados:

01837-6 CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA 02.998.611/0001-04

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Lote C - LT Porto Velho - Jauru

O lote C refere-se ao terceiro circuito da linha de transmissão - LT em 230 kV entre Jauru (Mato Grosso) e Porto Velho (Rondônia), totalizando 987 km. Para a exploração dessa LT foi constituída, em 02 de julho de 2009, a Linha Verde Transmissora de Energia S.A. Até a presente data a CTEEP não integralizou sua participação no capital da Linha Verde.

Esse projeto tem investimento estimado em R\$ 380 milhões e Receita Anual Permitida (RAP) de R\$ 42,7 milhões, base maio de 2009. A participação acionária da Companhia no empreendimento é de 25,5%. A entrada em operação está prevista para outubro de 2011.

Lote D - LT Porto Velho – Rio Branco

Este lote refere-se ao segundo circuito da LT em 230 kV entre Porto Velho (Rondônia), Abunã e Rio Branco (Acre), totalizando 487 km. Para exploração dessa LT foi constituída, em 02 de julho de 2009, a Rio Branco Transmissora de Energia S.A. Até a presente data a CTEEP não integralizou sua participação no capital da Rio Branco.

Esse projeto tem investimento estimado em R\$ 210 milhões e Receita Anual Permitida (RAP) de R\$ 24,4 milhões, base maio de 2009. A participação acionária da Companhia no empreendimento é de 25,5%. A entrada em operação está prevista para outubro de 2011.

Lote E – LT Jauru – Cuiabá e a subestação Jauru

Este lote refere-se a LT em 500 kV entre Jauru e Cuiabá (Mato Grosso), totalizando 348 km, e a subestação Jauru, de 500/230 kV. Para exploração dessas instalações foi constituída, em 02 de julho de 2009, a Transmissora Matogrossense de Energia S.A. Até a presente data a CTEEP não integralizou sua participação no capital da Matogrossense.

Esse projeto tem investimento estimado em R\$ 302 milhões e Receita Anual Permitida (RAP) de R\$ 27,5 milhões, base maio de 2009. A participação acionária da Companhia no empreendimento é de 5%. A entrada em operação está prevista para outubro de 2011.

1.3 Reestruturação Societária

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de fevereiro de 2008 foi aprovada a reestruturação societária envolvendo a CTEEP, a ISA Capital e a ISA Participações do Brasil Ltda. (“ISA Participações”). A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) autorizou essa reestruturação através da Resolução ANEEL nº 1.164, de 18 de dezembro de 2007.

Essa reestruturação societária teve por objetivo melhorar as condições de capitalização e de fluxo de caixa em razão do aproveitamento do benefício fiscal na CTEEP, no montante de R\$ 232.005, relativo ao ágio pago pela ISA Capital no processo de aquisição do controle acionário da CTEEP, e incluiu as seguintes fases:

- (a) Aporte de capital da ISA Capital em uma empresa veículo, a ISA Participações, com a conferência das ações detidas no capital social da CTEEP, ao capital social da ISA Participações.

01837-6 CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA 02.998.611/0001-04

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- (b) Constituição na ISA Participações de provisão no montante de R\$ 450.363, correspondente à diferença entre o valor do ágio pago R\$ 682.368 e o valor do benefício fiscal R\$ 232.005.
- (c) Incorporação pela CTEEP do acervo líquido da ISA Participações, no montante de R\$ 232.005, representado pelo valor do benefício fiscal anteriormente mencionado, o qual, de acordo com o requerido na Instrução CVM nº 319/99, foi registrado em contrapartida da conta de reserva especial de ágio na incorporação, constante no patrimônio líquido.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

O saldo das rubricas que compõem as demonstrações financeiras foram aprovados pela Diretoria em 15 de janeiro de 2010. As demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião de Diretoria realizada no dia 02 de março de 2010.

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76, modificada pelas Leis nº 9.457/97, nº 10.303/01, nº 11.638/07 e 11.941/09); as normas e regulamentos da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”); pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”); e as normas de legislação específicas aplicáveis às concessionárias de serviço público de energia elétrica estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, as receitas e despesas da Companhia, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

Alteração na Lei das Sociedades por Ações

A promulgação das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 (conversão, em lei, da Medida Provisória nº 449/08) modificaram e introduziram novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações. Essas Leis tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas Normas Internacionais de Contabilidade, que são emitidas pelo “International Accounting Standards Board – IASB”.

Ao longo de 2008, o CPC emitiu e a CVM aprovou diversos pronunciamentos contábeis com vigência para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2008, integralmente adotados pela Companhia que, em conformidade com o disposto na Deliberação CVM nº 565, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC nº 13, estabeleceu a data de transição para a adoção das novas práticas contábeis em 31 de dezembro de 2007.

01837-6 CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA 02.998.611/0001-04

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em continuidade a esse processo, ao longo de 2009, novos pronunciamentos contábeis foram emitidos e aprovados, dentre eles os que poderão causar maior impacto nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas são:

CPC	Título
17	Contratos de Construção
20	Custos dos Empréstimos
21	Demonstração Intermediária
22	Informação por Segmento
24	Evento Subsequente
25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
26	Apresentação das Demonstrações Contábeis
27	Ativo Imobilizado
30	Receitas
32	Tributos sobre o Lucro
33	Benefícios a empregados
36	Demonstrações Contábeis Consolidadas
37	Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade
38	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração
39	Instrumentos Financeiros: Apresentação
40	Instrumentos Financeiros: Evidenciação
43	Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40
ICP 01	Contratos de Concessão
ICP 08	Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos Esclarecimentos sobre os Pronunciamentos Técnicos CPC 27 - Ativo Imobilizado e CPC 28 -
ICP 10	Propriedade de Investimento

A interpretação técnica ICPC nº 01, que estabelece os princípios sobre o reconhecimento e mensuração das obrigações e os respectivos direitos dos contratos de concessão, poderá alterar substancialmente as futuras demonstrações financeiras da Companhia.

Considerando a extensão e complexidade das alterações introduzidas, a Companhia está avaliando os reflexos nas suas demonstrações financeiras, ao tempo que acompanha as discussões e os debates no mercado, em especial nos órgãos e associações da classe contábil e junto aos reguladores, que possivelmente se manifestarão sobre aspectos para aplicação dessas normas. Nesse momento, até que haja um maior esclarecimento sobre a aplicação prática desses pronunciamentos, a Companhia entende que não é possível avaliar e quantificar com razoável segurança os eventuais efeitos nas demonstrações financeiras.

Assim, conforme facultado pela Deliberação CVM nº 603, de 10 de novembro de 2009, a Companhia optou por não adotar antecipadamente, nas demonstrações financeiras de 2009, os pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC, aprovados pela CVM, com vigência para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010.

01837-6 CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA 02.998.611/0001-04

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de forma condizente com as normas expedidas pela CVM e incluem as demonstrações financeiras da CTEEP e suas controladas:

	Data base das demonstrações financeiras	Participação %	
		2009	2008
Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A. (IEMG)	31/12/09	60	60
Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A. (IENNE)	31/12/09	25	25
Interligação Elétrica Pinheiros S.A. (Pinheiros)	31/12/09	100	100
Interligação Elétrica do Sul S.A. (IESUL)	31/12/09	100	100
Interligação Elétrica do Madeira S.A. (IEMADEIRA)	31/12/09	51	-
Interligação Elétrica Serra do Japi S.A. (Serra do Japi)	31/12/09	100	-

Todas as controladas tiveram suas demonstrações financeiras examinadas por nossos auditores independentes para fins de consolidação.

Exceto pela IEMG, que recebeu autorização para operar comercialmente em 2009, todas as controladas encontravam-se em fase pré-operacional na data-base das demonstrações financeiras consolidadas. Por esse motivo não são apresentadas as demonstrações do resultado consolidado e do valor adicionado consolidado referentes ao exercício de 2008.

A Linha Verde Transmissora de Energia S.A., Rio Branco Transmissora de Energia S.A. e Transmissora Matogrossense de Energia S.A., não estão incluídas na consolidação, pois a Companhia ainda não integralizou sua participação no capital social dessas empresas.

3. Principais práticas contábeis

a. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e limites utilizados de conta garantida.

c. Instrumentos financeiros

(i) Classificação e mensuração

Os instrumentos financeiros da Companhia são caixa, aplicações financeiras, clientes, outras contas a receber, empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

01837-6 CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA

02.998.611/0001-04

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Companhia classifica seus instrumentos financeiros em: a) mensurados ao valor justo através do resultado; e b) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos e é determinada no reconhecimento inicial.

- *Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado*

Os instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são instrumentos financeiros mantidos para negociação ativa e freqüente e são classificados como circulante. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo são apresentados na demonstração do resultado em “resultado financeiro” no período em que ocorrem.

- *Empréstimos e recebíveis*

Incluem-se nesta categoria os instrumentos financeiros não-derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São classificados como circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como não-circulantes) e são registrados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

(ii) Instrumentos derivativos e atividades de hedge

A Companhia não possui política de utilização de instrumentos financeiros derivativos.

d. Clientes

Inclui os valores faturados da controladora e de suas controladas relativos ao uso dos sistemas de rede básica e demais instalações de transmissão - DIT pelas concessionárias de serviço público de energia elétrica e empresas ligadas a esses sistemas (Nota 5), com prazo médio de recebimento inferior a 60 dias, não sendo relevante o ajuste a valor presente.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída por valores considerados de improvável realização na data dos balanços patrimoniais.

e. Estoques

Os materiais em almoxarifado são avaliados e registrados ao custo médio de aquisição, que não excede ao valor de reposição.

f. Investimentos

Enquanto em fase pré-operacional são avaliados pelo método de custo. Após, o início de suas operações, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

g. Imobilizado

Os elementos integrantes do ativo imobilizado estão registrados ao custo de aquisição e/ou construção, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995, acrescidos da remuneração do capital próprio até 31 de dezembro de 1998, dos encargos financeiros, das variações monetárias e cambiais dos empréstimos e financiamentos vinculados às imobilizações em curso e deduzidos da depreciação acumulada. A depreciação

01837-6 CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA 02.998.611/0001-04

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota 12, que consideram o tempo de vida útil estimado dos bens, em conformidade com o órgão Regulador.

h. Valor recuperável de ativos

A Companhia entende não haver indícios de perda do valor recuperável de seus ativos, imobilizado e intangível. Contudo, realiza anualmente o teste de recuperabilidade desses ativos utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros, incluindo a indenização para o ativo imobilizado prevista pelos contratos ao final do prazo da concessão. Os critérios para cálculo dessa indenização ainda não foram definidos pelo Poder Concedente. No entanto, é entendimento da Administração e de seus assessores legais que o valor dessa indenização se aproxime ao valor residual do ativo imobilizado naquela data (Nota 14).

i. Demais ativos circulante e não circulante

São apresentados pelo seu valor líquido de realização.

j. Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

k. Provisões

Constituídas com base na avaliação de risco de perda sobre ações em andamento, embasada em relatórios preparados pelos consultores jurídicos contratados pela Companhia.

l. Imposto de renda e contribuição social

São apurados observando-se as disposições da legislação aplicável, com base no lucro líquido, ajustado pela inclusão de despesas não dedutíveis, exclusão de receitas não tributáveis e inclusão e/ou exclusão de diferenças temporárias. Em 2009, a Companhia optou pelo regime do Lucro Real Trimestral. Até 2008, a opção era pelo regime de Lucro Real Anual.

m. Deságio

Representado pelo deságio auferido quando da aquisição de 49% das ações ordinárias da EPTE - Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica S.A. Essas ações pertenciam à Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda de São Paulo e à Companhia Paulista de Administração de Ativos - CPA e foram adquiridas, em 26 de março de 1999, pela CESP - Companhia Energética de São Paulo. Na cisão parcial da CESP, as referidas ações e o deságio apurados foram vertidos à CTEEP. A EPTE foi incorporada pela Companhia em 10 de novembro de 2001.

A amortização desse deságio é efetuada mensalmente, de forma linear, pelo período de concessão da então EPTE, cujo vencimento ocorrerá em dezembro de 2012.

n. Benefícios a funcionários

A Companhia patrocina planos de aposentadoria e assistência médica a seus empregados, administrados pela Fundação CESP. Os passivos atuariais foram calculados adotando o método do crédito unitário projetado, conforme previsto na Deliberação CVM 371, de 13 de dezembro de 2000 (Nota 20).

01837-6 CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA 02.998.611/0001-04

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Caixa e bancos	396	7.166	(606)	6.958
Aplicações financeiras	18.168	97.063	42.824	116.066
	18.564	104.229	42.218	123.024

As aplicações financeiras estão mensuradas ao valor justo através do resultado e correspondem a Certificados de Depósitos Bancários, com rentabilidade atrelada à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI e possuem liquidez diária.

5 Clientes

Os clientes da Companhia são as concessionárias/permissionárias de serviço público de energia elétrica e consumidores livres, conectados aos ativos da Companhia.

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Rede básica	332.850	324.703	333.703	324.703
Demais instalações de transmissão - DIT	17.907	19.714	17.907	19.714
	350.757	344.417	351.610	344.417
Circulante	288.683	299.329	289.536	299.329
Não circulante	62.074	45.088	62.074	45.088

A Companhia não apresenta histórico de perdas em contas a receber de clientes, que são garantidas por estruturas de fianças e/ou acessos a contas correntes operacionalizadas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) ou diretamente pela Companhia e estão assim distribuídas por vencimento:

01837-6 CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA 02.998.611/0001-04

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
A vencer	345.707	283.541	346.560	283.541
Vencidos				
até 30 dias	1.084	3.315	1.084	3.315
de 31 a 60 dias	859	3.191	859	3.191
há mais de 61 dias	3.107	54.370	3.107	54.370
	5.050	60.876	5.050	60.876
	350.757	344.417	351.610	344.417

Em 13 de janeiro de 2009, a Companhia assinou termo de confissão de dívida e acordo de pagamento com distribuidoras que apresentavam contas a receber vencidas. Este acordo prevê o recebimento do saldo em 36 parcelas. Até dezembro de 2009, todas as parcelas foram recebidas conforme previsto.

6 Valores a receber – Secretaria da Fazenda – controladora e consolidado

	Circulante	Não circulante	2009	2008
			Total	Total
Contrato de reconhecimento e consolidação de obrigações (a)	16.094	25.482	41.576	55.353
Alienação de imóvel (b)	3.345	5.297	8.642	11.506
Processamento da folha de pagamento – Lei nº 4.819/58 (c)		410.127	410.127	309.811
Processos trabalhistas – Lei nº 4.819/58 (d)		116.121	116.121	97.755
Salário-família – Lei nº 4.819/58 (e)		2.218	2.218	2.218
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(2.218)	(2.218)	(2.218)
	19.439	557.027	576.466	474.425

01837-6 CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA 02.998.611/0001-04

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(a) Contrato de reconhecimento e consolidação de obrigações

Em 02 de maio de 2002, foi assinado Instrumento de Reconhecimento e Consolidação de Obrigações, com a Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, em que o Estado reconhece e confessa ser devedor à Companhia dos valores correspondentes aos desembolsos originalmente efetuados pela CESP, no período de 1990 a 1999, para pagamento de folhas de complementações de aposentadorias e pensões, decorrentes de benefícios nos termos da Lei Estadual 4.819/58, estando o montante então confessado atualizado até janeiro de 2002, de acordo com a variação da Unidade Fiscal do Estado de São Paulo - UFESP, e a partir de fevereiro de 2002, de acordo com a variação mensal do IGP-M, acrescida de 6% ao ano. O ressarcimento dar-se-á em 120 parcelas mensais, tendo início em 01 de agosto de 2002 e término previsto para 01 de julho de 2012.

(b) Alienação de imóvel

Em 31 de julho de 2002, foi assinado Instrumento Particular de Transação, com promessa de alienação de imóvel, reconhecimento de obrigações e compromisso de pagamento, com a Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, em que o Estado reconhece e confessa ser devedor à Companhia de montante correspondente ao valor de mercado da totalidade da área do imóvel ocupado pelo Estado, utilizado, parcialmente, para a construção de unidades prisionais.

O Estado comprometeu-se, portanto, a ressarcir a Companhia do total mencionado em 120 parcelas mensais, tendo início em 01 de agosto de 2002 e término previsto para 01 de julho de 2012, com atualização de acordo com a variação mensal do IGP-M acrescida de juros de 6% ao ano.

(c) Processamento da folha de pagamento – Lei 4.819/58

O montante de R\$ 410.127 refere-se ao saldo remanescente do processamento da folha de pagamento do plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei Estadual 4.819/58, sendo R\$ 1.426 através de liminares individuais no período de janeiro a agosto de 2005 e R\$ 408.701 no período de setembro de 2005 a dezembro de 2009 por força de decisão judicial da 4ª Vara do Trabalho de São Paulo, cujos pagamentos são efetuados pela Fundação CESP, mediante parte dos recursos recebidos do Governo do Estado e repassados pela Companhia (Nota 34 (c)). Sobre esse saldo não é aplicada atualização monetária e não é registrado qualquer tipo de rendimento até que estes sejam aprovados pelo Governo do Estado para efetivo pagamento à Companhia.

(d) Processos trabalhistas – Lei 4.819/58

Referem-se a determinadas ações trabalhistas quitadas pela Companhia, relativas a empregados aposentados sob o amparo da Lei Estadual 4.819/58, que são de responsabilidade do Governo do Estado. Sobre esse saldo não é aplicada atualização monetária e não é registrado qualquer tipo de rendimento até que estes sejam aprovados pelo Governo do Estado para efetivo pagamento à Companhia.

(e) Salário-família – Lei 4.819/58

A CESP efetuou adiantamentos para pagamento de despesas mensais referentes a salários-família, decorrentes dos benefícios da Lei Estadual 4.819/58, sendo transferidos à Companhia quando da cisão parcial da CESP.

Considerando a expectativa de perda, a Administração constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa, no ativo não circulante, no montante de R\$ 2.218.

01837-6 CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA 02.998.611/0001-04

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

7 Tributos e contribuições a compensar

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
COFINS	156.709	798	156.718	798
PIS	50.014	249	50.016	249
Imposto de renda	2.989	760	3.564	760
Contribuição social	847	486	863	486
Outros	2.156	852	2.156	947
	212.715	3.145	213.317	3.240

Devido a questões relacionadas ao modo de preenchimento, a Companhia retificou as declarações de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTFs) dos anos de 2004 a 2007 apurando créditos referentes, substancialmente, às contribuições ao PIS e à COFINS. Esses créditos serão utilizados para o pagamento de tributos futuros, sendo a expectativa da Companhia compensá-los integralmente até julho de 2010.

A movimentação no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 é a seguinte:

Valor original do crédito reconhecido	193.139
Atualização monetária do crédito	99.403
Valor compensado de outubro a dezembro	(88.429)
	204.113

8 Benefício fiscal – ágio incorporado da controladora – controladora e consolidado

O ágio pago pela ISA Capital no processo de aquisição do controle acionário da CTEEP (Nota 1.3) tem como fundamento econômico a perspectiva de resultados durante o prazo de exploração da concessão e tem origem na aquisição do direito de concessão delegado pelo Poder Público, nos termos da alínea b, do § 2º, do artigo 14 da Instrução CVM nº 247, de 27 de março de 1996, com as alterações introduzidas pela instrução CVM nº 285 de 31 de julho de 1998.

Com o objetivo de evitar que a amortização do ágio afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída uma provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido de sua incorporadora (PMIPL), de acordo com o estabelecido na Instrução CVM nº 349, de 06 de março de 2001.

A amortização do ágio, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, conseqüentemente, na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios.

01837-6 CIA.DE TRANSM.DE EN.ELETRICA PAULISTA 02.998.611/0001-04

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O ágio, que em 31 de dezembro de 2007 totalizava R\$ 689.435, está sendo amortizado pelo período remanescente de exploração da concessão, em parcelas mensais e segundo a projeção anual de rentabilidade futura e, conforme autorizado por meio da Resolução ANEEL nº 1.164, de 18 de dezembro de 2007, está assim composta:

Ano	Amortização - % a.a.		
	Contrato de concessão		
	059/2001	143/2001	Total
2008 a 2012	12,20	0,10	12,30
2013 a 2015	12,73	0,02	12,75
2016 a 2031		0,25	0,25

Objetivando uma melhor apresentação da situação financeira e patrimonial da Companhia nas demonstrações financeiras, o valor líquido total de R\$ 176.743, que, em essência, representa o crédito fiscal incorporado, foi classificado no balanço no ativo circulante e no ativo não circulante realizável a longo prazo como benefício fiscal ágio incorporado, com base na expectativa de sua realização.

A movimentação no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 é a seguinte:

	Ágio	Provisão	Líquido
Saldos em 31.12.2008	604.634	(399.059)	205.575
Realização no período	(84.800)	55.968	(28.832)
Saldos em 31.12.2009	519.834	(343.091)	176.743
Circulante			28.832
Não circulante			147.911

9 Imposto de renda e contribuição social diferidos – controladora e consolidado

Referem-se aos créditos fiscais sobre as diferenças temporárias na apuração do resultado tributável, conforme demonstrado a seguir:

01837-6 CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA 02.998.611/0001-04

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

			2009	2008
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Total
Provisão para contingências	41.243	14.848	56.091	58.529
Programa de Desligamento Voluntário - PDV	1.036	373	1.409	6.330
Deságio	12.385	4.459	16.844	22.618
Outros	17.798	6.408	24.206	486
	72.462	26.088	98.550	87.963
Circulante			31.472	11.315
Não circulante			67.078	76.648

A realização desses créditos, tanto de curto como de longo prazo, ocorrerá na proporção da finalização das contingências e dos demais eventos relacionados, assim estimada:

2010	2011	2012	2013	2014	a partir de 2015
30%	6%	5%	-	-	59%

10 Cauções e depósitos vinculados – controladora e consolidado

No ativo realizável a longo prazo, tendo em vista as incertezas quanto ao desfecho das ações objeto de depósitos, a Companhia tem por procedimento mantê-los por seu valor nominal, não registrando nenhum tipo de atualização monetária ou rendimento. O saldo está composto da seguinte forma:

	2009	2008
Autuações – ANEEL (a)	6.317	6.317
Depósitos judiciais (Nota 19 (b))	37.431	45.319
Outros	198	224
	43.946	51.860

01837-6 CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA 02.998.611/0001-04

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- (a) Referem-se a dois depósitos com o objetivo de anular autuações da ANEEL lavradas em decorrência de perturbações verificadas no sistema de transmissão em março de 1999 e janeiro de 2002. O primeiro, efetuado em 17 de janeiro de 2000, no valor de R\$ 3.040, foi requerido em ação anulatória iniciada pela Companhia contra a ANEEL, decorrente de auto de infração 001/1999-SFE que impôs multa à Companhia sob alegação de prática de violações por dificultar o trabalho de fiscalização relacionado às perturbações decorrentes da interrupção da transmissão e distribuição de energia elétrica em grande parte das Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste; não cumprir as determinações do “relatório de fiscalização”; e não cumprir a incumbência legal de prestar serviço adequado. O segundo, efetuado em 17 de junho de 2003, no valor de R\$ 3.277, resultante da lavratura do auto de infração 005/2002-SFE, em 07 de maio de 2002, em consequência de processo administrativo punitivo instaurado pela ANEEL, pelo rompimento, em 21 de janeiro de 2002, de um subcondutor de linha de transmissão de 440 kV entre as subestações da Companhia na Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira e Araraquara. Os advogados da Companhia entendem não ser praticável determinar se a posição desta em ambos os casos prevalecerá.

11 Investimentos

(a) Informações sobre investimentos

	<u>Qtde. de ações ordinárias possuídas</u>	<u>Participação no capital integralizado - %</u>	<u>Capital integralizado</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Lucro / (prejuízo) líquido</u>
IENNE	46.901.000	25,0	187.604	187.604	-
IEMG	47.313.175	60,0	78.855	78.419	(436)
Pinheiros	127.170.999	100,0	127.171	127.171	-
IESUL	6.835.999	100,0	6.836	6.836	-
IEMadeira	52.631.286	51,0	103.199	103.199	-
Serra do Japi	10.202.999	100,0	10.203	10.203	-

Exceto pela Pinheiros e Serra do Japi, nas quais a Companhia exerce controle de forma independente, nas demais investidas a Companhia exerce controle compartilhado.

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia ainda não havia integralizado sua participação no capital social da Linha Verde Transmissora de Energia S.A., Rio Branco Transmissora de Energia S.A. e Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A. (IENNE)

A IENNE foi constituída em 03 de dezembro de 2007 com o objetivo de explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, em particular as linhas de transmissão Colinas (Tocantins) – Ribeiro Gonçalves (Piauí) e Ribeiro Gonçalves – São João do Piauí (Piauí), ambas em 500 kV, totalizando 720 km.

Esse projeto tem investimento estimado em R\$ 561,7 milhões e Receita Anual Permitida (RAP) de R\$ 31,7 milhões. A entrada em operação está prevista para dezembro de 2010.

01837-6 CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA 02.998.611/0001-04

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A. (IEMG)

A IEMG foi constituída em 13 de dezembro de 2006 com o objetivo de explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, em particular a linha de transmissão em 500 kV Neves 1 – Mesquita (Minas Gerais), totalizando 172 km.

Em 03 de julho de 2008, a Companhia publicou fato relevante informando que a ANEEL havia deliberado, na 25ª Reunião Pública Ordinária da Diretoria, realizada em 1º de julho de 2008, pela aprovação do pedido de reestruturação societária da IEMG. Em 31 de julho de 2008 foi celebrado contrato em que a Companhia comprou a participação da ISA no capital social da IEMG, correspondente a 60%.

Esse projeto teve investimentos da ordem de R\$ 145,6 milhões e sua Receita Anual Permitida (RAP) é de R\$ 12,3 milhões, para o período 2009-2010.

Em 2009, a IEMG recebeu autorização para operar comercialmente.

Interligação Elétrica Pinheiros S.A. (Pinheiros)

A Pinheiros foi constituída em 22 de julho de 2008 com o objetivo de explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, em particular as linhas de transmissão e subestações arrematadas nos Lotes E, H e K do Leilão nº 004/2008 da ANEEL:

Lote	Composição	Tensão (kV)
E	Linha de transmissão Interlagos – Piratininga II (SP) Subestação Piratininga II (SP)	345 345/138/88
H	Subestações Mirassol II, Getulina e Araras (SP)	440/138
K	Subestação Atibaia II (SP)	345/138

Esse projeto tem investimento estimado em R\$ 342,6 milhões e Receita Anual Permitida (RAP) de R\$ 19,9 milhões. A entrada em operação das respectivas instalações está prevista para ocorrer no 2º trimestre de 2010, ou seja, 18 meses após a assinatura do contrato.

Interligação Elétrica Sul S.A. (IESUL)

A IESUL foi constituída em 23 de julho de 2008 com o objetivo de explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, em particular as linhas de transmissão e subestações arrematadas nos Lotes F e I do Leilão nº 004/2008 da ANEEL:

01837-6 CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA 02.998.611/0001-04

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Lote	Composição	Tensão (kV)
F	Linha de transmissão Nova Santa Rita – Scharlau (RS)	230
	Subestação Scharlau (RS)	230/138
I	Linha de transmissão Joinville Norte (SC) – Curitiba C2 (PR)	230
	Linha de transmissão Jorge Lacerda B – Siderópolis C3 (SC)	230
	Subestação Forquilha (SC)	230/69

Em 28 de agosto de 2009, a Companhia publicou comunicado ao mercado informando que a ANEEL deliberou através de Resolução Autorizativa nº 2052, retificada em novembro de 2009, pela aprovação de reestruturação da IESUL. Após a celebração dos contratos pertinentes o capital da IESUL será distribuído da seguinte forma:

Acionista	Participação no capital social
CTEEP	50% mais 1 ação
CYMI	50% menos 1 ação

Esse projeto tem investimento estimado em R\$ 151,6 milhões e Receita Anual Permitida (RAP) de R\$ 10,8 milhões. A entrada em operação das respectivas instalações está prevista para ocorrer no 2º trimestre de 2010, ou seja, 18 meses após a assinatura do contrato.

Interligação Elétrica do Madeira S.A. (IEMadeira)

A IEMadeira foi constituída em 18 de dezembro de 2008 com o objetivo de explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, em particular as linhas de transmissão e subestações arrematadas nos Lotes DC e FC do Leilão nº 007/2008 da ANEEL:

Lote	Descrição	Prazo (meses)
DC	Linha de transmissão Coletora Porto Velho – Araraquara 2, nº01, Em CC, 2375 Km	36
FC	Estação retificadora nº 02 CA/CC, 3150 MW; Estação Inversora nº 02 CC/CA, 2950 MW	50

Esse projeto tem investimento estimado em R\$ 3.430,6 milhões e Receita Anual Permitida (RAP) de R\$ 328,0 milhões, base novembro de 2008. A entrada em operação das respectivas instalações está prevista para ocorrer em fevereiro de 2012 (lote DC) e abril de 2013 (lote FC).

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A. (Serra do Japi)

A Serra do Japi foi constituída em 01 de julho de 2009 com o objetivo de explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, em particular as subestações Jandira e Salto arrematadas no Lote I do Leilão nº 001/2009 da ANEEL.

01837-6 CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA 02.998.611/0001-04

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Esse projeto tem investimento estimado em R\$ 208,9 milhões e Receita Anual Permitida (RAP) de R\$ 21,8 milhões, base maio de 2009. A entrada em operação está prevista para outubro de 2011.

(b) Movimentação dos investimentos

	Saldos em 31.12.2008	Integralização de capital	Equivalência Patrimonial	Saldos em 31.12.2009
IENNE	15.251	31.650		46.901
IEMG	26.779	20.534	(262)	47.051
Pinheiros	6.651	120.520		127.171
IESUL	1.651	5.185		6.836
IEMadeira		52.631		52.631
Serra do Japi		10.203		10.203
	50.332	240.723	(262)	290.793

12 Imobilizado

O imobilizado está constituído da seguinte forma:

	Controladora				Taxas médias anuais de depreciação - %
	2009		2008		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Em serviço					
Terrenos	44.365		44.365	44.365	
Edificações, obras civis e benfeitorias	584.561	(400.293)	184.268	204.323	3,64%
Máquinas e equipamentos	5.808.567	(2.726.172)	3.082.395	3.152.012	2,96%
Veículos	9.803	(9.477)	326	284	20,00%
Móveis e utensílios	26.814	(17.947)	8.867	8.193	10,00%
	6.474.110	(3.153.889)	3.320.221	3.409.177	
Em curso	980.805		980.805	778.104	
Obrigações especiais					
Doações recebidas	(28.767)		(28.767)	(28.767)	
	7.426.148	(3.153.889)	4.272.259	4.158.514	

01837-6 CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA 02.998.611/0001-04

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Consolidado				Taxas médias anuais de depreciação - %
	2009		2008		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Em serviço					
Terrenos	44.365		44.365	44.365	
Edificações, obras civis e benfeitorias	585.105	(400.315)	184.790	204.323	3,64%
Máquinas e equipamentos	5.885.534	(2.728.240)	3.157.294	3.152.012	2,96%
Veículos	9.835	(9.478)	357	284	20,00%
Móveis e utensílios	26.822	(17.948)	8.874	8.193	10,00%
	<u>6.551.661</u>	<u>(3.155.981)</u>	<u>3.395.680</u>	<u>3.409.177</u>	
Em curso	<u>1.309.661</u>		<u>1.309.661</u>	<u>854.204</u>	
Obrigações especiais					
Doações recebidas	<u>(28.767)</u>		<u>(28.767)</u>	<u>(28.767)</u>	
	<u>7.832.555</u>	<u>(3.155.981)</u>	<u>4.676.574</u>	<u>4.234.614</u>	

Imobilizado em curso, refere-se, substancialmente, às obras de expansão em andamento do sistema de transmissão de energia elétrica. Durante o exercício de 2009, a Companhia analisou os projetos registrados no imobilizado em curso e identificou projetos ainda não concluídos para os quais foi constituída provisão para perdas no montante de R\$ 18.292 registrada em outras despesas operacionais.

Obrigações especiais estão representadas por bens recebidos de concessionários do serviço público de energia elétrica e clientes, para a realização de investimentos na concessão.

Os contratos de concessão prevêm uma indenização para o ativo imobilizado ao final do prazo da concessão, cujos critérios para cálculo ainda não foram definidos pelo Poder Concedente. No entanto, é entendimento da Administração e de seus assessores legais que o valor dessa indenização se aproxime ao valor residual do ativo imobilizado naquela data. Por esse motivo a Companhia adota as taxas anuais de depreciação determinadas pela ANEEL, atualizadas de acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 44 de 17 de março de 1999 e revogada pela Resolução Normativa ANEEL nº 240, de 05 de dezembro de 2006, para os ativos de uso e características semelhantes no âmbito da distribuição e da transmissão de energia elétrica.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e as instalações utilizados na transmissão são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20, de 03 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação desses recursos nas atividades próprias da concessão.

01837-6 CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA 02.998.611/0001-04

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

13 Intangível

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Faixas de servidão	57.449	57.449	60.122	64.774
Implantação ERP - SAP	12.731	10.342	12.731	10.342
Outros	151	151	151	151
	70.331	67.942	73.004	75.267

Faixas de servidão são direitos de passagem para linhas de transmissão associadas à distribuição na área de concessão da Companhia, e em áreas urbanas e rurais particulares, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel. Como são permanentes não há amortização.

Implantação ERP inclui todos os gastos incorridos no projeto de estruturação do SAP, com exceção dos gastos de treinamento que foram registrados no resultado. O projeto que teve início em abril de 2008 e conclusão em fevereiro de 2009, será amortizado no prazo de 5 anos.

14 Valor recuperável de ativos

A Companhia avaliou o valor de recuperação do seu ativo imobilizado e intangível com base no valor presente do fluxo futuro estimado e nas premissas relacionadas abaixo.

Os valores alocados a estas premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos. Os fluxos de caixa foram projetados com base nos resultados operacionais e projeções da Companhia até o término do contrato de concessão nº 059/2001, tendo como premissas:

- Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira;
- Indenização do imobilizado, a valor de livros dos ativos reversíveis, ao término do contrato de concessão; e
- Taxa média de desconto obtida de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital.

O valor recuperável desses ativos supera seu valor contábil, e, portanto não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

01837-6 CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA 02.998.611/0001-04

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

15 Empréstimos e financiamentos

A composição dos saldos de empréstimos e financiamentos é como segue:

	Vencimento	Controladora		Consolidado	
		2009	2008	2009	2008
Moeda nacional					
BNDES (a)	15.06.2015	514.117	606.169	514.117	606.169
IEMG (b)	15.04.2023			40.680	
Notas Promissórias(c)					
1º emissão	17.06.2009		199.068		199.068
2º emissão	19.04.2010	213.696		213.696	
3º emissão	13.01.2010	208.029		208.029	
Banco Bradesco					
IEMG (d)	25.02.2009				51.010
IENNE (e)	14.02.2010			45.700	
Citibank (f)	15.04.2010			23.538	
Eletrobrás	15.11.2021	491	541	491	541
Arrendamentos mercantis financeiros		2.143		2.143	
		938.476	805.778	1.048.394	856.788
Circulante		518.690	294.492	591.113	345.502
Não circulante		419.786	511.286	457.281	511.286

- (a) Em 17 de setembro de 2007, a CTEEP assinou contrato de empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES no montante de R\$ 764,2 milhões, reduzido para R\$ 602,2 milhões em dezembro de 2008. O valor corresponde a 70,0% do investimento total realizado, que inclui obras de melhoria sistêmica, reforços, modernizações do sistema de transmissão existente e novos projetos, e é parte do Plano de Investimentos Plurianual 2006/2008. Em 25 de outubro de 2007, foram liberados R\$ 400,0 milhões, em 25 de fevereiro de 2008 foram liberados R\$ 120,0 milhões e em 29 de maio de 2008 foram liberados R\$ 82,2 milhões. Sobre este empréstimo incidem encargos mensais de 2,3% a.a. acima da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP.

A amortização é feita em 78 parcelas mensais a partir de janeiro de 2009. Como garantia, a Companhia ofereceu fianças bancárias contratadas com vigência até 15 de dezembro de 2015, junto aos bancos Bradesco, Santander e Banco do Brasil, ao custo de 0,7% a.a., com vencimentos trimestrais.

Em 18 de novembro de 2008, a CTEEP assinou contrato de empréstimo com o BNDES no montante de R\$ 329,1 milhões, cujas primeiras liberações são esperadas para o primeiro trimestre de 2010. O valor destina-se a cobrir os investimentos em reforços, modernizações do sistema existente e novas conexões a serem efetuadas entre jan/09 e dez/10. Os encargos correspondem a TJLP acrescida de 1,8% a.a. A

01837-6 CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA

02.998.611/0001-04

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

amortização será em 54 parcelas mensais a partir de janeiro de 2011, sendo que, até o início da amortização, os encargos serão pagos trimestralmente. Como garantia, serão contratadas fianças bancárias.

- (b) Em 14 de janeiro de 2009 a controlada IEMG assinou contrato de empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES no montante de R\$ 70,6 milhões, cujo valor foi liberado em 27 de março de 2009. O recurso destina-se a financiar, aproximadamente, 50,0% da Linha de Transmissão (LT) entre as subestações Neves 1 e Mesquita. Sobre este empréstimo incidem encargos mensais de 2,4% a.a acima da Taxa de Juros a Longo Prazo – TJLP.

A amortização é feita em 168 parcelas mensais a partir de 15 de maio 2009. Como garantia foi oferecida fiança bancária contratada com vigência até 18 de março de 2010, junto ao banco HSBC.

- (c) 1º Emissão - emitidas em 09 de dezembro de 2008, no montante de R\$ 200,0 milhões com vencimento em 17 de junho de 2009. Os encargos nominais correspondem a 120,0% do CDI. Os custos de emissão dessas Notas Promissórias totalizaram R\$ 1.908.

2º Emissão - emitidas em 24 de abril de 2009, no montante de R\$ 200,0 milhões com vencimento em 19 de abril de 2010. Os encargos nominais correspondem a 119,5% do CDI. Os custos de emissão dessas Notas Promissórias totalizaram R\$ 1.692.

3º Emissão – emitidas em 17 de julho de 2009, no montante de R\$ 200,0 milhões com vencimento em 13 de janeiro de 2010. Os encargos nominais correspondem a 106,5% do CDI. Os custos de emissão dessas Notas Promissórias totalizaram R\$ 1.295.

Em conformidade com o CPC 08, os custos de emissão das notas promissórias foram registrados deduzindo o valor de captação e apropriados ao resultado no prazo da transação.

- (d) Refere-se a contrato de capital de giro assinado em 25 de fevereiro de 2008 pela controlada IEMG, cujas liberações ocorreram à data de assinatura do contrato e 28 de agosto de 2008, todos com amortização em uma única parcela paga em 25 de fevereiro de 2009. Os encargos incidentes sobre essas operações foram pagos semestralmente e correspondem ao CDI acrescido de 0,9% a.a. Como garantia foi oferecida carta de fiança.
- (e) Em 13 de julho de 2009 a controlada IENNE assinou um contrato de cédula de crédito bancário com o Banco Bradesco S.A com um limite de R\$ 180 milhões com vencimento em 14 de fevereiro de 2010. Os encargos incidentes sobre esta operação serão pagos no vencimento e correspondem ao CDI acrescido de 2,5% a.a. Como garantia foi oferecida “Standby Letter of Credit” (SBLC).
- (f) Em 27 de julho de 2009 a controlada IESUL assinou um contrato de cédula de crédito bancário com o banco Citibank S.A com um limite de R\$ 40 milhões com vencimento em 15 de abril de 2010. Os encargos incidentes sobre esta operação serão pagos no vencimento e correspondem ao CDI acrescido de 3,0% a.a.

Os vencimentos das parcelas a longo prazo estão distribuídos como segue:

01837-6 CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA 02.998.611/0001-04

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
2011	93.951	92.940	96.989	92.940
2012	93.046	92.940	96.084	92.940
2013	93.033	92.940	96.071	92.940
Após 2013	139.756	232.466	168.137	232.466
	419.786	511.286	457.281	511.286

16 Tributos e encargos sociais a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Imposto de renda	52.289	722	52.289	760
Contribuição social	15.923	270	15.923	338
COFINS	3.578	6.121	3.609	6.127
PIS	775	1.328	782	1.329
Programa bolsa estudos (a)	2.195	2.786	2.195	2.786
INSS	4.462	2.385	4.539	2.496
FGTS	964	874	976	875
Outros	7.253	4.685	8.192	4.765
	87.439	19.171	88.505	19.476

- (a) Refere-se a obrigações assumidas pela Companhia, em acordo firmado com os sindicatos, com vistas a reembolsar seus empregados de custos a conclusão de sua formação no ensino fundamental, médio e superior.

17 Impostos parcelados - Lei nº 11.941 – controladora e consolidado

Devido a questões relacionadas ao modo de preenchimento, a Companhia retificou as declarações de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTFs) referentes aos anos de 2004 a 2007, apurando um débito referente, substancialmente, às contribuições ao PIS e à COFINS. Para a quitação do débito a Companhia aderiu ao programa de parcelamento de débitos fiscais instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, pagando R\$ 141.162, em 30 de novembro de 2009, com benefício de redução da multa e juros no montante de R\$ 42.257. O saldo remanescente será pago em 180 meses a partir de novembro de 2009. Quando da homologação do parcelamento pela Receita Federal do Brasil, a Companhia reconhecerá uma receita decorrente da redução de multa e juros sobre o débito parcelado no montante de R\$ 19.677.

A movimentação no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 é a seguinte:

01837-6 CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA 02.998.611/0001-04

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Valor original do débito	212.097
Multa e juros sobre o débito	119.054
Redução de multa e juros (benefício da Lei)	(42.257)
Pagamentos efetuados	<u>(141.156)</u>
	<u>147.738</u>
Circulante	<u>9.853</u>
Não circulante	<u>137.885</u>

18 Encargos regulatórios a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	30.672	20.363	30.709	20.363
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	2.561	3.041	2.561	3.041
Conta de Consumo de Combustíveis - CCC	2.167	2.804	2.167	2.804
Reserva global de reversão – RGR	6.431	10.732	6.630	10.732
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica -PROINFA	1.180	1.774	1.180	1.774
Taxa de fiscalização – ANEEL		619	40	619
	<u>43.011</u>	<u>39.333</u>	<u>43.287</u>	<u>39.333</u>
Circulante	<u>39.742</u>	<u>36.528</u>	<u>40.018</u>	<u>36.528</u>
Não circulante	<u>3.269</u>	<u>2.805</u>	<u>3.269</u>	<u>2.805</u>

01837-6 CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA 02.998.611/0001-04

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

19 Provisões

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Férias e encargos sociais	15.641	12.040	15.806	12.067
Participação nos lucros e resultados – PLR	8.035	7.991	8.035	7.991
Programa de desligamento voluntário – PDV (a)	3.649	18.304	3.649	18.304
Indenizações diversas	309	313	309	313
Contingências (b)	167.842	170.399	167.842	170.399
	195.476	209.047	195.641	209.074
Circulante	27.523	34.895	27.688	34.922
Não circulante	167.953	174.152	167.953	174.152

(a) Programa de desligamento voluntário – PDV

A Companhia, que contava com 2.737 empregados em 31 de outubro de 2006, aprovou Programa de Desligamento Voluntário - PDV com período de adesão de 21 a 30 de novembro de 2006, obtendo 1.534 adesões.

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo remanescente refere-se a 1 empregado cujo desligamento ainda não foi realizado e à provisão para assistência médica e odontológica a que os empregados desligados têm direito por 36 meses após seu desligamento.

(b) Provisão para contingências

Trimestralmente, as contingências são avaliadas e classificadas segundo probabilidade de perda para a Companhia, como demonstrado a seguir:

Espécie	2009			2008		
	Provisão	Depósitos Judiciais	Líquido	Provisão	Depósitos Judiciais	Líquido
Trabalhistas (i)	147.344	(23.520)	123.824	139.917	(19.728)	120.189
Cíveis	3.994		3.994	2.741		2.741
Fiscais – IPTU (ii)	8.239		8.239	16.677		16.677
Fiscais – COFINS (iii)		(5.668)	(5.668)		(17.348)	(17.348)
Previdenciárias – INSS (iv)	5.398	(8.243)	(2.845)	8.197	(8.243)	(46)
ANEEL (v)	2.867		2.867	2.867		2.867
	167.842	(37.431)	130.411	170.399	(45.319)	125.080

01837-6 CIA.DE TRANSM.DE EN.ELETRICA PAULISTA 02.998.611/0001-04

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os depósitos judiciais estão registrados no ativo não circulante na rubrica “cauções e depósitos vinculados”.

A Companhia possui ações de natureza tributária, trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como possível, no montante estimado de R\$ 83.392 (31.12.2008 – R\$ 64.029), concentradas principalmente em trabalhistas, para as quais não foi constituída provisão.

(i) Trabalhistas

A Companhia assumiu a responsabilidade por certos processos judiciais, perante diferentes tribunais, advindos principalmente dos processos de cisão parcial da CESP e da EPTE.

(ii) Fiscais - IPTU

A Companhia efetua provisão para fazer face aos débitos junto à prefeitura municipal de São Paulo, relacionados a processos administrativos de regularização de áreas, no montante de R\$ 8.239.

(iii) COFINS

A Companhia questionou judicialmente a constitucionalidade da majoração da alíquota e a ampliação da base de cálculo da COFINS, nos montantes de R\$ 27.392 e R\$ 11.132, respectivamente, obtendo desfecho favorável no que diz respeito à ampliação da base de cálculo e desfavorável com relação à majoração da alíquota. Em outubro de 2009, a Companhia efetuou o levantamento do montante originalmente depositado, iniciando um processo para levantamento da parcela referente à sua atualização.

(iv) Previdenciárias - INSS

Em 10 de agosto de 2001, a Companhia foi notificada pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS por não recolher contribuições sobre remunerações pagas aos empregados, a título de vale-refeição, lanche matinal e cesta-básica, relativas ao período de abril de 1999 a julho de 2001. Conseqüentemente, a Administração deliberou pela constituição de provisão, efetuando o respectivo depósito judicial no montante de R\$ 8.243, contabilizado no ativo não circulante, na rubrica “Cauções e depósitos vinculados”.

(v) ANEEL

A Companhia foi notificada pela ANEEL pelo não cumprimento da data fixada para instalação do 3º banco de transformadores 345/88 kV da SE Baixada Santista, autorizado pela Resolução ANEEL nº 197 de 04/05/2004 com multa no valor de R\$ 1.981, e pelo não cumprimento da data fixada para a entrada em operação da Linha de Transmissão, em 345 kV, Guarulhos - Anhanguera, autorizado pela Resolução Autorizativa nº 064/2005 de 31/01/2005 com multa no valor de R\$ 886, perfazendo o total de R\$ 2.867 em 31 de dezembro de 2009.

20 Valores a pagar – Fundação CESP

Com base na avaliação elaborada por atuários independentes para apuração da obrigação atuarial, a Companhia registrou no resultado do exercício, ganho no montante de R\$ 54.902. Desta forma, o saldo do passivo apresentado representa a obrigação atualizada da Companhia referente aos planos de complementação e suplementação de aposentadoria e pensão e de assistência médica mantidos junto à Fundação CESP.

01837-6 CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA 02.998.611/0001-04

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(a) Plano “A” - complementação de aposentadorias

Regido pela Lei Estadual 4.819/58, que se aplica aos empregados admitidos até 13 de maio de 1974, prevê benefícios de complementação de aposentadorias e pensão, licença-prêmio e salário-família. Os recursos necessários para fazer face aos encargos assumidos nesse plano são de total responsabilidade dos órgãos competentes do Governo do Estado de São Paulo, portanto, sem risco e custo adicional para a Companhia (Nota 34).

(b) Plano “B” e “B1” - suplementação de aposentadorias

Os Planos “B” e “B1”, regidos pela Lei 6.435/77 e administrados pela Fundação CESP, têm por entidade patrocinadora a própria Companhia, proporcionando benefícios de suplementação de aposentadorias e pensão, cujas reservas são determinadas pelo regime financeiro de capitalização.

O chamado Plano “B” refere-se a Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS, calculado nas datas de 31 de dezembro de 1997 (CTEEP) e 31 de março de 1998 (EPTE), de acordo com o regulamento vigente, sendo o seu equilíbrio econômico-financeiro atuarial equacionado à época. O resultado técnico atuarial anual desse plano (déficit ou superávit) é de responsabilidade integral da Companhia.

Em 01 de janeiro de 1998 (CTEEP) e em 01 de abril de 1998 (EPTE), a Companhia, respectivamente, implantou o Plano “B1”, que define contribuições e responsabilidades paritárias entre a Companhia e os participantes, a fim de manter o equilíbrio econômico-financeiro atuarial do plano. Esse plano proporciona benefícios de aposentadorias e pensão para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da Previdência Social. O plano tem como característica principal o modelo misto, composto de 70% como Benefício Definido - BD e 30% como Contribuição Definida – CD. Na data da aposentadoria o Plano de Benefícios de Contribuição Definida – CD torna-se de Benefício Definido - BD.

(c) Plano PSAP - Transmissão Paulista

Em 01 de janeiro de 2004, os planos patrocinados pela Companhia, bem como os da extinta EPTE, foram fusionados financeiramente, sendo mantidas as características individuais dos respectivos planos, constituindo-se, assim, o Plano PSAP - Transmissão Paulista.

(d) Demonstrativo – Deliberação CVM 371/00

As principais informações econômico-financeiras do plano PSAP-Transmissão Paulista-BD (CTEEP/EPTE), em atendimento à NPC 26, referendada pela Deliberação CVM 371, de 13 de dezembro de 2000 e, com base nos pareceres atuariais são as seguintes:

01837-6 CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA 02.998.611/0001-04

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(i) Conciliação dos ativos e passivos

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Valor justo do ativo	2.001.707	1.790.191
Total do passivo atuarial	(1.628.613	(1.517.603)
)	
Ganhos a serem reconhecidos em exercícios futuros	(386.695)	(341.091)
Passivo líquido	<u>(13.601)</u>	<u>(68.503)</u>

(ii) Movimentação do ativo do plano

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Valor justo do ativo no início do exercício	1.790.191	1.774.274
Contribuições do empregador	1.782	1.697
Contribuições do empregado	2.658	2.651
Retorno dos investimentos	304.884	113.516
Benefícios pagos	(97.808)	(101.947)
Valor justo do ativo no final do exercício	<u>2.001.707</u>	<u>1.790.191</u>

(iii) Movimentação do passivo atuarial

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do exercício	1.517.603	1.506.892
Custos dos serviços correntes	2.177	7.233
Custos dos juros	162.154	154.306
Ganho/perda atuarial	44.487	(48.881)
Benefícios pagos	(97.808)	(101.947)
Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do exercício	<u>1.628.613</u>	<u>1.517.603</u>

01837-6 CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA 02.998.611/0001-04

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(iv) Participantes dos planos

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Ativos	1.458	1.403
Inativos		
Aposentados	1.774	1.719
Aposentados por invalidez	34	31
Pensionistas	79	74
	<u>1.887</u>	<u>1.824</u>
	<u>3.345</u>	<u>3.227</u>

(v) Premissas atuariais utilizadas

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Taxa de desconto do valor presente do passivo atuarial	11,25%	11,00%
Taxa de retorno esperada sobre os ativos do plano	12,00%	11,50%
Taxa de crescimento salarial futuro	7,64%	7,12%
Índice de reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada	4,50%	4,00%
Tábua geral de mortalidade	AT-83	AT-83
Tábua de entrada em invalidez	Light-Média	Light-Média
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49	AT-49

21 Obrigações especiais – Reversão/Amortização

Referem-se aos recursos derivados da reserva de reversão, amortização e parcela retida na Companhia, das quotas mensais da Reserva Global de Reversão – RGR, relativas a aplicações de recursos em investimentos para expansão do serviço público de energia elétrica e amortização de empréstimos captados para a mesma finalidade, ocorridos até 31 de dezembro de 1971. Não está definida pelo Poder Concedente a forma de liquidação dessas obrigações.

22 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social autorizado da Companhia em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 é de R\$ 1.469.090, sendo R\$ 615.696 em ações ordinárias e R\$ 853.394 em ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2009 totaliza R\$ 1.063.049 (31.12.08 – R\$ 1.000.000), dividido em 150.656.559 (31.12.08 - 149.285.034) ações, sendo 63.199.250 (31.12.08 - 62.558.662) ordinárias e 87.457.309 (31.12.08 - 86.726.372) preferenciais.

01837-6 CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA 02.998.611/0001-04

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em assembléia geral extraordinária, realizada em 16 de junho de 2009, foi aprovado aumento do capital social no montante de até R\$ 70.551, mediante a emissão privada de novas ações ao preço unitário de R\$ 45,97 por ação. Do valor total do aumento, R\$ 26.429, equivalentes a 574.927 ações, couberam ao acionista controlador e foram integralizados mediante a capitalização da reserva de capital (reserva especial de ágio na incorporação) correspondente ao benefício fiscal – ágio incorporado da controladora (Nota 8) decorrente da reestruturação societária (Nota 1.3) realizada em fevereiro de 2008.

Nos termos do disposto no artigo 171 da Lei nº 6.404/76, foi concedido, aos acionistas, período de 30 dias para exercício do direito de preferência. Encerrado esse período em 17 de julho de 2009, apurou-se o seguinte aumento de capital:

	<u>Quantidade</u>	<u>R\$ mil</u>
ON	640.588	29.448
PN	730.937	33.601
	<u>1.371.525</u>	<u>63.049</u>

Em assembléia geral extraordinária realizada em 24 de agosto de 2009, foi:

(i) Aprovada por unanimidade a homologação do aumento do capital social da CTEEP, aprovado em assembléia geral extraordinária realizado em 16 de junho de 2009, nos valores e quantidades demonstrados no quadro acima.

(ii) Aprovado por unanimidade o cancelamento de 2.543 ações ordinárias e de 160.649 ações preferenciais, todas emitidas pela CTEEP em 16 de junho de 2009 e não subscritas pelos acionistas no prazo designado em assembléia geral extraordinária realizada em 16 de junho de 2009.

As ações ordinárias conferem ao titular o direito a um voto nas deliberações das assembléias gerais.

As ações preferenciais não possuem direito a voto tendo, no entanto, prioridade no reembolso de capital e no recebimento de dividendos de 10% ao ano, não-cumulativos, calculados sobre o capital integralizado correspondente a essa espécie de ações.

(b) Dividendos e juros sobre capital próprio

Em reunião extraordinária realizada em 05 de janeiro de 2009, o Conselho de Administração deliberou sobre o pagamento, a partir de 20 de janeiro de 2009, de dividendos, no montante de R\$ 122.500, correspondente a R\$ 0, 820578 por ação.

Em assembléia geral ordinária e extraordinária realizada em 15 de abril de 2009, houve a ratificação da deliberação do Conselho de Administração, sobre o pagamento, a partir de 24 de abril de 2009, de dividendos, no montante de R\$ 105.891, correspondente a R\$ 0, 709319 por ação.

O Conselho de Administração deliberou sobre a distribuição de juros sobre o capital próprio e dividendos intermediários como segue:

01837-6 CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA 02.998.611/0001-04

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Juros sobre capital próprio		Dividendos intermediários		Pagamento
	Total	Por ação	Total	Por ação	
31.03.2009	63.236	0,423590			24.04.2009
19.06.2009	63.938	0,428297			01.07.2009
30.06.2009			60.842	0,407557	21.07.2009
30.09.2009	62.055	0,411900	103.445	0,686625	21.10.2009
30.12.2009	61.381	0,407244			30.12.2009
	250.610	1,671031	164.287	1,094182	

O estatuto social da Companhia prevê dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 10% do capital social, correspondente a R\$ 106,3 milhões, sempre que houver saldo de lucro após a constituição da reserva legal.

	2009
Lucro líquido do exercício	828.019
Constituição da reserva legal	(41.401)
Realização da reserva de lucros a realizar	2.276
Dividendos prescritos	590
Base de cálculo de dividendos	789.484
Juros sobre capital próprio	(250.610)
Dividendos intermediários	(164.287)
Constituição da reserva estatutária	(6.305)
Destinação para dividendos	368.282

Do montante destinado a dividendos, conforme mencionado na Nota 35, R\$ 161.000 foram pagos em janeiro de 2010. O saldo remanescente de R\$ 207.282 será pago durante o exercício de 2010.

(c) Reservas de capital

	2009	2008
Subvenções para investimento – CRC (i)	1.264.084	1.264.084
Remuneração das imobilizações em curso (ii)	633.053	633.053
Doações e subvenções para investimentos	150.489	150.489
Incentivos fiscais - FINAM	6.743	6.743
Reserva Especial de Ágio na Incorporação (Nota 8)	205.576	232.005
	2.259.945	2.286.374

01837-6 CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA 02.998.611/0001-04

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(i) Subvenções para investimentos - CRC

A Conta de Resultados a Compensar (CRC) foi instituída pelo Decreto nº 41.019/1957 e pela Lei nº 5.655/1971, para remunerar as concessionárias de energia elétrica por certos investimentos por ela realizados. A Lei nº 8.631/1993 extinguiu a CRC e, posteriormente, a Lei nº 8.724/1993 estabeleceu que os créditos de CRC, fossem registrados no patrimônio líquido como subvenção para investimento à conta de “Reserva de Capital”.

Conforme facultado pelo CPC nº13, a Companhia optou por manter o saldo existente em 31 de dezembro de 2007 referente à CRC, bem como as demais doações e subvenções para investimentos registrados como reserva de capital no patrimônio líquido, até sua total utilização nas formas previstas na Lei das Sociedades por Ações.

(ii) Remuneração das imobilizações em curso

Trata-se de créditos resultantes da capitalização da remuneração calculada sobre os recursos de capital próprio utilizados durante a construção de ativos imobilizados, aplicada às obras em andamento e que somente pode ser utilizada para aumento de capital. A partir de 1999, a Companhia abandonou essa prática, conforme facultado pelo Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

(d) Reservas de lucro

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Reserva legal (i)	175.154	133.753
Reserva estatutária (ii)	106.305	100.000
Reserva de lucros a realizar (iii)	36.533	38.809
Reserva de retenção de lucros (iv)	<u>543.694</u>	<u>543.694</u>
	<u>861.686</u>	<u>816.256</u>

(i) Reserva legal

Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social.

(ii) Reserva estatutária

O Estatuto Social da Companhia prevê a constituição de reserva para investimento na expansão das atividades à taxa de 20% do lucro líquido do exercício, deduzido da reserva legal e dos dividendos mínimos obrigatórios, até o limite de 10% do capital social.

(iii) Reserva de lucros a realizar

Os lucros não realizados resultam de saldo credor de correção monetária líquida de balanço até 1995.

Essa reserva é realizada na proporção da depreciação do ativo imobilizado. Os montantes realizados são transferidos para a conta de “Lucros acumulados” mensalmente.

01837-6 CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA 02.998.611/0001-04

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(iv) Reserva de retenção de lucros

Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, a parcela remanescente do lucro líquido das distribuições e demais destinações estatutárias foram destinadas a esta reserva para fazer jus ao atendimento ao orçamento de capital, bem como para o capital de giro da Companhia.

23 Receita operacional

(a) Receita de uso da rede elétrica

A receita de uso da rede elétrica da Companhia e consolidada, dos exercícios findos em 31 de dezembro, são compostas como segue:

	Controladora		Consolidado
	2009	2008	2009
Rede básica			
Ativos existentes	1.239.947	1.037.491	1.239.947
Novos investimentos	362.396	484.048	362.396
Licitada	13.680	12.742	21.591
Superávit	9.954	19.198	10.023
Parcela de ajuste	19.832	16.320	19.812
Parcela variável	(3.684)	(782)	(3.684)
	<u>1.642.125</u>	<u>1.569.017</u>	<u>1.650.085</u>
Demais instalações de transmissão - DIT			
Ativos existentes	104.694	92.845	104.694
Novos investimentos	40.822	31.295	40.822
Parcela de ajuste	3.394	6.623	3.394
	<u>148.910</u>	<u>130.763</u>	<u>148.910</u>
Encargos			
Conta de consumo de combustível – CCC	34.797	35.539	34.797
Conta de desenvolvimento energético – CDE	39.004	38.801	39.004
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica -PROINFA	20.685	11.337	20.685
	<u>94.486</u>	<u>85.677</u>	<u>94.486</u>
	<u>1.885.521</u>	<u>1.785.457</u>	<u>1.893.481</u>

01837-6 CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA

02.998.611/0001-04

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(i) Receita Anual Permitida - RAP da subestação Miguel Reale

Em dezembro de 2002, a ANEEL autorizou a CTEEP a implementar o projeto “Ampliação da Subestação Miguel Reale”, cujo valor de investimento utilizado para o cálculo das parcelas de RAP foi de R\$ 323.236.

Em setembro de 2004, a ANEEL executou fiscalização com a finalidade de validar os valores dos investimentos realizados na mencionada obra, concluindo que os valores desses investimentos deveriam ser reduzidos, para fins de fixação de nova parcela de RAP, retroativamente a julho de 2004, no montante de R\$ 232.164.

Em decorrência da redução dos investimentos do mencionado projeto, a correspondente parcela anual da RAP a partir de julho de 2005, foi então reduzida em R\$ 32.251. A Companhia considera improcedente essa redução e pleiteou junto à ANEEL, através do Ofício OF/F/2828, de 08 de julho de 2005, sua reposição.

Em 02 de março de 2006, por meio do Ofício 321/2006 – SFF/ANEEL, a Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira da ANEEL encaminhou o Relatório de Acompanhamento da Fiscalização – RAF que analisou o pleito da CTEEP e manteve o posicionamento inicial daquela Superintendência.

Em 23 de março de 2006, por meio do Ofício OF/F/1372/2006, a CTEEP apresentou Recurso Administrativo junto à ANEEL, solicitando a revisão do posicionamento daquela Superintendência que, até 31 de dezembro de 2009, não se manifestou.

(ii) Revisão periódica da Receita Anual Permitida - RAP

Em conformidade com o contrato de concessão nº 59, assinado em 20 de junho de 2001 com a União, por intermédio da ANEEL, a cada quatro anos, após a data de assinatura desse contrato, a ANEEL procederá à revisão periódica da Receita Anual Permitida - RAP de transmissão de energia elétrica referente às instalações de projetos autorizados que entraram em operação comercial após 31 de dezembro de 1999, com o objetivo de promover a eficiência e modicidade tarifária, conforme metodologia aprovada pela Resolução Normativa nº 257, de 06 de março de 2007.

A revisão compreende o reposicionamento da receita mediante a determinação:

- a) da base de remuneração regulatória para RBNI;
- b) dos custos operacionais eficientes;
- c) da estrutura ótima de capital e definição da remuneração das transmissoras;
- d) identificação do valor a ser considerado como redutor tarifário – Outras Receitas.

- Primeiro ciclo de revisão tarifária periódica

Por intermédio da Resolução nº 488, de 26 de junho de 2007, foi homologado o resultado da primeira revisão tarifária periódica da Companhia, reduzindo a Receita Anual Permitida – RAP em 26,15%, que foi aplicado sobre as parcelas Rede Básica Novas Instalações - RBNI e Demais Instalações Novos Investimentos - RCDM vigentes em 1º de julho de 2005.

O resultado desse reposicionamento teve seus efeitos retroagidos à data de 1º de julho de 2005. A arrecadação a maior no período de julho de 2005 a 30 de junho de 2007, no montante de R\$ 66.688, foi compensada em 24 (vinte e quatro) meses, por meio do mecanismo contratual da parcela de ajuste.

01837-6 CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA 02.998.611/0001-04

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Segundo ciclo de revisão tarifária periódica

A revisão periódica prevista contratualmente para ocorrer em julho de 2009 foi postergada para julho de 2010. Em 21 de dezembro de 2009, a ANEEL publicou Resolução Normativa nº 386, que estabelece os conceitos gerais, as metodologias aplicáveis e os procedimentos para realização do Segundo Ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas – RTP das concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica.

O artigo 6º da Resolução Normativa nº 386/09, define que o resultado do reposicionamento tarifário terá seus efeitos a partir de 01 de julho de 2009. Considerando tal retroatividade e a redução do custo de capital, para este segundo ciclo, de 9,18% para 7,24%, reconhecemos em nossas demonstrações financeiras uma redução de receita de R\$ 42.554, correspondente, ao período de julho a dezembro/09, em contrapartida de contas a receber.

(iii) Parcela Variável – PV

A Parcela Variável - PV consiste na aplicação de penalidade decorrente de ineficiência operacional. A RAP da CTEEP é sujeita a uma PV, calculada de acordo com a indisponibilidade das instalações e de ocorrências de desligamentos no período. Está prevista nos contratos de concessão e encontra-se regulamentada pela Resolução Normativa N.º 270, de 09 de julho de 2007.

(iv) Reajuste anual da receita

Em 25 de junho de 2009, foi publicada a Resolução Homologatória nº 843, estabelecendo as receitas anuais permitidas da CTEEP, pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 01 de julho de 2009 a 30 de junho de 2010.

De acordo com a citada Resolução, a RAP da CTEEP, que era de R\$ 1.869.134 em 01 de julho de 2008, passou para R\$ 1.829.752 em 01 de julho de 2009, apresentando uma redução de R\$ 39.382, equivalente a 2,1%.

A receita da Companhia vigente a partir de 01 de julho de 2009 até 30 de junho de 2010 apresenta a seguinte composição:

01837-6 CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA 02.998.611/0001-04

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Contrato de concessão		Total
	059	143	
Rede básica			
Ativos existentes	1.087.132		1.087.132
Novos investimentos	337.656		337.656
Licitada		13.925	13.925
Parcela de ajuste	20.937	(178)	20.759
	<u>1.445.725</u>	<u>13.747</u>	<u>1.459.472</u>
Demais instalações de transmissão – DIT			
Ativos existentes	312.757		312.757
Novos investimentos	56.483		56.483
Parcela de ajuste	1.040		1.040
	<u>370.280</u>		<u>370.280</u>
	<u>1.816.005</u>	<u>13.747</u>	<u>1.829.752</u>

(b) Outras receitas operacionais

	Controladora		Consolidado
	2009	2008	2009
Aluguéis	12.340	10.877	12.340
Prestação de serviços	6.934	6.105	6.934
	<u>19.274</u>	<u>16.982</u>	<u>19.274</u>

01837-6 CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA 02.998.611/0001-04

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

24 Deduções da receita operacional

	Controladora		Consolidado
	2009	2008	2009
Tributos sobre a receita			
COFINS	(76.989)	(77.887)	(77.356)
PIS	(16.695)	(15.747)	(16.775)
ISS	(368)	(306)	(368)
	<u>(94.052)</u>	<u>(93.940)</u>	<u>(94.499)</u>
Encargos regulatórios			
Conta de consumo de combustível – CCC	(31.578)	(32.306)	(31.578)
Conta de desenvolvimento energético – CDE	(35.396)	(35.272)	(35.396)
Reserva global de reversão – RGR	(48.113)	(50.314)	(48.312)
Pesquisa e desenvolvimento – P & D	(27.647)	(14.934)	(27.720)
Programa de incentivo a novas fontes de energia alternativa - PROINFA	(18.772)	(10.289)	(18.772)
	<u>(161.506)</u>	<u>(143.115)</u>	<u>(161.778)</u>
	<u>(255.558)</u>	<u>(237.055)</u>	<u>(256.277)</u>

25 Custos dos serviços de operação e despesas gerais e administrativas

	Controladora			
			2009	2008
	Custos	Despesas	Total	Total
Pessoal	(132.885)	(42.562)	(175.447)	(162.322)
Deliberação CVM nº 371/00	39.636	15.266	54.902	68.390
Serviços	(58.522)	(33.688)	(92.210)	(78.718)
Depreciação	(182.122)	(35.568)	(217.690)	(180.288)
Materiais	(11.123)	(1.750)	(12.873)	(9.912)
Arrendamentos e aluguéis	(5.126)	(3.851)	(8.977)	(7.356)
Contingências		(24.878)	(24.878)	(35.266)
Outros	2.348	(30.659)	(28.311)	(23.520)
	<u>(347.794)</u>	<u>(157.690)</u>	<u>(505.484)</u>	<u>(428.992)</u>

01837-6 CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA 02.998.611/0001-04

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Consolidado		
	2009		
	Custos	Despesas	Total
Pessoal	(132.885)	(42.680)	(175.565)
Deliberação CVM nº 371/00	39.636	15.266	54.902
Serviços	(59.565)	(33.913)	(93.478)
Depreciação	(184.213)	(35.569)	(219.782)
Materiais	(11.124)	(1.750)	(12.874)
Arrendamentos e aluguéis	(5.128)	(3.860)	(8.988)
Contingências		(24.878)	(24.878)
Outros	2.288	(30.720)	(28.432)
	(350.991)	(158.104)	(509.095)

26 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado
	2009	2008	2009
Receitas			
Rendimento de aplicações financeiras	13.124	17.201	13.529
Juros ativos	103.001	4.117	103.001
Variações monetárias	36.841	6.610	36.832
Outras	778	604	788
	153.744	28.532	154.150
Despesas			
Juros sobre capital próprio	(250.610)	(239.899)	(250.610)
Juros passivos	(130.437)	(66.261)	(133.071)
Encargos sobre notas promissórias	(34.496)	(127)	(34.496)
Outras	(5.054)	(6.213)	(6.718)
	(420.597)	(312.500)	(424.895)
	(266.853)	(283.968)	(270.745)

01837-6 CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA 02.998.611/0001-04

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

27 Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado
	2009	2008	2009
Receitas			
Realização do deságio	16.985	16.985	16.985
Outras	281	15.895	281
	<u>17.266</u>	<u>32.880</u>	<u>17.266</u>
Despesas			
Amortização do ágio	(28.832)	(26.430)	(28.832)
Outras (Nota 12)	(19.596)	(12.961)	(19.596)
	<u>(48.428)</u>	<u>(39.391)</u>	<u>(48.428)</u>
	<u>(31.162)</u>	<u>(6.511)</u>	<u>(31.162)</u>

28 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

A Companhia provisiona mensalmente as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, obedecendo ao regime de competência, apurados com base nos balanços mensais de suspensão e redução.

	Controladora	
	2009	2008
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	845.476	845.913
Alíquotas	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social esperada	(287.462)	(287.610)
Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças permanentes	19.395	28.863
Despesa de imposto de renda e contribuição social efetiva	<u>(268.067)</u>	<u>(258.747)</u>
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(278.654)	(279.328)
Diferido	10.587	20.581
	<u>(268.067)</u>	<u>(258.747)</u>

01837-6 CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA 02.998.611/0001-04

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

29 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas no exercício são como segue:

	Natureza da Operação	2009		2008	
		Ativo	Receita/ (Despesa)	Ativo	Receita/ (Despesa)
Pessoal-chave da administração	Benefícios de curto prazo		(7.989)		(6.710)
ISA Capital	Sublocação	15	200	15	201
	Prestação de serviços	7	83	7	67
IEMG	Prestação de serviços	1.499	1.499		
	Sublocação	1	17		
IENNE	Sublocação	9	95		
IESUL	Sublocação	12	12		
Pinheiros	Sublocação	3	40		
Serra do Japi	Sublocação	2	5		
IEMadeira	Reembolso de estudos pré-leilão	193			

A política de remuneração da Companhia não inclui benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações.

O contrato de sublocação compreende a área ocupada pela ISA Capital e pelas controladas no edifício sede da Companhia, bem como rateio das despesas condominiais e de manutenção entre outras.

Em 2008, foi assinado contrato de prestação de serviços com a ISA Capital abrangendo, entre outros, os serviços de escrituração contábil e fiscal, apuração de impostos e processamento da folha de pagamento.

Em 2009, entrou em vigência o contrato em que a Companhia presta serviços de operação e manutenção das instalações da IEMG.

01837-6 CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA 02.998.611/0001-04

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Essas operações foram realizadas em condições similares às de mercado.

Os gastos incorridos com estudos para participação no leilão do qual os lotes arrematados resultaram na constituição da IEMadeira estão registrados e deverão ser reembolsados por esta concessionária.

30 Instrumentos financeiros

(a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

A principal fonte de receitas da Companhia é proveniente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Sua receita anual vinculada às instalações de rede básica e demais instalações de transmissão – DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

A Companhia não possui política de utilização de instrumentos financeiros derivativos, bem como, não celebrou, durante o exercício, contratos que possam ser considerados como instrumentos financeiros derivativos.

(b) Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

(c) Investimentos

Consistem, principalmente, em investimentos em coligadas de capital fechado, registrados, após a fase pré operacional, pelo método de equivalência patrimonial, nas quais a Companhia tem interesse estratégico.

Considerações de valor de mercado das ações possuídas não são aplicáveis.

(d) Financiamentos

O valor contábil dos empréstimos e financiamentos em Reais tem suas taxas atreladas à variação do CDI e se aproxima do valor de mercado.

(e) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

01837-6 CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA 02.998.611/0001-04

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Risco de Crédito - A Companhia mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a 216 usuários, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Companhia mantém contratos regulando a prestação de seus serviços nas demais instalações de transmissão - DIT com 30 concessionárias e outros agentes, também com cláusula de garantia bancária.

Risco de Preço - As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IGP-M, sendo parte das receitas sujeita à revisão periódica, a cada quatro anos (Nota 23 (a)).

Risco de Taxas de Juros - A atualização dos contratos de financiamento está vinculada à variação da TJLP e do CDI (Nota 15).

Risco de Taxa de Câmbio - A Companhia não possui financiamentos, contas a receber e ativos em moedas estrangeiras. Sua exposição aos efeitos de oscilações cambiais é irrelevante, correspondente a eventuais importações de equipamentos.

A administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

31 Arrendamentos mercantis operacionais

Os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos mercantis operacionais de veículos e equipamentos de informática, no total e para cada um dos períodos, é apresentado a seguir:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Até um ano	3.876	5.500
Mais de um ano até cinco anos	1.243	7.066
	<u>5.119</u>	<u>12.566</u>

32 Seguros

A especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Modalidade	Vigência	Importância Segurada - R\$ mil	Prêmio - R\$ mil
Patrimonial	01/09/09 a 01/09/10	2.067.000	3.784
Responsabilidade Civil Geral	01/09/09 a 01/09/10	15.000	242
Transportes Nacionais	30/09/09 a 30/09/10	61.397	6,7
Acidentes Pessoais	01/05/09 a 01/05/10	27.479	1,3
Automóveis	02/03/09 a 02/03/10	Valor de mercado	33
			<u>4.067</u>

01837-6 CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA 02.998.611/0001-04

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(a) Patrimonial

Cobertura contra riscos de incêndio e danos elétricos para equipamentos instalados nas subestações de transmissão, prédios e seus respectivos conteúdos, almoxarifados e instalações.

(b) Responsabilidade Civil Geral

Cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações da Companhia.

(c) Transportes Nacionais

Cobertura a danos causados aos bens e equipamentos da Companhia, transportados no território nacional.

(d) Acidentes Pessoais Coletivos

Cobertura contra acidentes pessoais a executivos e aprendizes.

(e) Automóveis

Cobertura contra colisão, incêndio, roubo e terceiros.

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras. Conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

33 Ação de cobrança da Eletrobrás contra a Eletropaulo e EPTE

Em 1989, a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS ajuizou ação ordinária de cobrança contra a Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A. (atual Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. - "Eletropaulo"), referente a saldo de contrato de financiamento. A Eletropaulo discordava do critério de atualização monetária de referido contrato de financiamento e consignou em pagamento, depositando judicialmente os valores que considerava como efetivamente devidos. Em 1999, foi proferida sentença referente à ação mencionada, condenando a Eletropaulo ao pagamento do saldo apurado pela ELETROBRÁS.

Nos termos do protocolo de cisão parcial da Eletropaulo, realizada em 31 de dezembro de 1997 e que implicou a constituição da EPTE e de outras empresas, as obrigações de qualquer natureza referentes a atos praticados até a data de cisão são de responsabilidade exclusiva da Eletropaulo, exceção feita às contingências passivas cujas provisões tivessem sido alocadas às incorporadoras. No caso em questão, não houve, à época da cisão parcial, a alocação à EPTE de provisão para essa finalidade, restando claro para a Administração da CTEEP e de seus assessores legais que a responsabilidade pela citada contingência era exclusivamente da Eletropaulo. Houve à época da cisão, apenas, a versão ao ativo da EPTE de depósito judicial no valor histórico de R\$ 4,00 constituído em 1988, pela Eletropaulo, referente ao valor que aquela empresa entendia ser devido à ELETROBRÁS referente ao saldo do citado contrato de financiamento, e a alocação no passivo da EPTE de igual valor referente a este saldo.

Em decorrência do protocolo de cisão parcial da Eletropaulo, portanto, a EPTE seria titular do ativo transferido e a Eletropaulo seria responsável pela contingência passiva referente ao valor demandado

01837-6 CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA

02.998.611/0001-04

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

judicialmente pela ELETROBRÁS. Em outubro de 2001, a ELETROBRÁS promoveu execução de sentença referente ao citado contrato de financiamento, cobrando R\$ 429 milhões da Eletropaulo e R\$ 49 milhões da EPTE, entendendo que a EPTE satisfaria o pagamento desta parte com os recursos corrigidos do citado depósito judicial. A CTEEP incorporou a EPTE em 10 de novembro de 2001, sucedendo-a nas suas obrigações e direitos.

Em 26 de setembro de 2003, foi publicado acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro excluindo a Eletropaulo da execução da mencionada sentença. Em decorrência dos fatos, a ELETROBRÁS protocolou, em 16 de dezembro de 2003, Recurso Especial ao Superior Tribunal de Justiça e Recurso Extraordinário ao Supremo Tribunal Federal, visando manter a mencionada cobrança referente à Eletropaulo. Recursos semelhantes aos da ELETROBRÁS foram interpostos pela CTEEP.

O Superior Tribunal de Justiça deu provimento, em 29 de junho de 2006, ao Recurso Especial da CTEEP, no sentido de reformar a decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro que havia excluído a Eletropaulo do pólo passivo da ação de execução movida pela ELETROBRÁS.

Em decorrência do referido provimento do Superior Tribunal de Justiça, em 04 de dezembro de 2006, a Eletropaulo ofertou embargos de declaração, os quais foram rejeitados, conforme acórdão publicado em 16 de abril de 2007, bem como os Recursos Especial e Extraordinário que mantiveram a decisão do Superior Tribunal de Justiça, cujo trânsito em julgado ocorreu em 30 de outubro de 2008. Diante dessas decisões entendendo descabida a Exceção de Pré-Executividade ofertada pela Eletropaulo, a ação de execução movida pela ELETROBRÁS segue seu curso normal na forma proposta.

A CTEEP com o fulcro de viabilizar uma dilação probatória para apurar a efetiva responsabilidade atribuída no protocolo de cisão parcial propôs ação declaratória em face das demais partes envolvidas em conexão com a ação de execução.

Acerca dessa dívida e à luz dos documentos formais referentes à cisão parcial da Eletropaulo, a CTEEP, segundo o entendimento da sua Administração e de seus assessores legais, é titular apenas do depósito judicial a ela transferido como ativo constituído em 1988 para a finalidade de pagamento de parte da dívida, devendo prosseguir na defesa desse direito. De outra parte, a Companhia não constituiu provisão para a contingência, que entende ser de responsabilidade da Eletropaulo e que dessa forma vem sendo cobrada pela ELETROBRÁS.

34 Plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei 4.819/58

(a) Fatos Relevantes

(i) 19 de julho de 2005

“A CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, atendendo às disposições da Instrução CVM 358/02, vem a público esclarecer aspectos relativos ao plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei Estadual 4.819/58. Esse plano aplica-se aos empregados admitidos até 13 de maio de 1974, referido na Nota Explicativa 23.1. às demonstrações financeiras da Companhia de 31 de dezembro de 2004.

Os recursos necessários para fazer face aos encargos assumidos nesse plano são de responsabilidade dos órgãos competentes do Governo do Estado de São Paulo, cuja implementação ocorreu conforme convênio firmado entre a Fazenda do Estado de São Paulo e a Companhia, em 10 de dezembro de 1999, com vigência até 31 de dezembro de 2003.

01837-6 CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA 02.998.611/0001-04

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Tal procedimento foi realizado regularmente até dezembro de 2003 pela Fundação CESP, mediante recursos da Secretaria da Fazenda do Estado, repassados por meio da CTEEP. A partir de janeiro de 2004, a Secretaria da Fazenda passou a processar diretamente aqueles pagamentos, sem a interveniência da CTEEP e da Fundação CESP.

Decisão da 49ª Vara do Trabalho de São Paulo foi comunicada à CTEEP, em 11 de julho de 2005 (processo 1.339/2005-1), deferindo a concessão de tutela antecipada para que a Fundação CESP voltasse a processar os pagamentos de benefícios decorrentes da Lei Estadual 4.819/58, segundo o respectivo regulamento, da forma realizada até dezembro de 2003, mediante recursos repassados pela CTEEP. A 49ª Vara do Trabalho de São Paulo, em 13 de julho de 2005, concedeu o prazo de 60 dias para cumprimento da citada decisão. Consta também no site do Tribunal Regional do Trabalho, em São Paulo, resumo sobre decisão semelhante (processo SDC - 20058200400002000) de 30 de junho de 2005, determinando que a Fundação CESP, mediante recursos repassados pela CTEEP, voltasse a processar o pagamento de aposentadorias e pensões de beneficiários amparados pela Lei Estadual 4.819/58.

Para o cumprimento das citadas decisões judiciais, a CTEEP deverá requerer mensalmente os recursos necessários à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, para efetivar o repasse à Fundação CESP, que deve processar os respectivos pagamentos aos beneficiários. As citadas decisões alcançam cerca de 6.500 beneficiários, com despesa mensal da ordem de R\$ 23 milhões que, segundo o entendimento da CTEEP, é de responsabilidade do Estado de São Paulo, que assim procedeu até dezembro de 2003. Conseqüentemente, a CTEEP deve recorrer das citadas decisões judiciais por entender que a responsabilidade pelo pagamento dos mencionados benefícios é, nos termos da legislação aplicável, do Estado de São Paulo”.

(ii) 27 de janeiro de 2006

“A CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, atendendo às disposições da Instrução CVM 358/02, vem a público comunicar mudança de procedimento da Secretaria da Fazenda do Estado, em decorrência de recente entendimento da Procuradoria Geral do Estado – PGE, quanto ao repasse de recursos à CTEEP para cumprimento da decisão da 49ª Vara do Trabalho de São Paulo que determinou o retorno do processamento da folha de benefícios da Lei Estadual 4.819/58 para a Fundação CESP, com recursos recebidos do Estado de São Paulo e repassados pela CTEEP. O assunto, anteriormente ao fato ora abordado, foi tratado na Nota Explicativa 22 das Informações Trimestrais – ITR da CTEEP de 30/09/2005.

A Secretaria da Fazenda do Estado repassou à CTEEP, em 27/01/2006, valor inferior ao necessário para o fiel cumprimento da citada decisão da 49ª Vara do Trabalho. O dispêndio efetivo da CTEEP neste mês para fins da citada decisão judicial foi de R\$ 19.725, transferidos à Fundação CESP, tendo recebido R\$ 14.976 da Secretaria da Fazenda para essa finalidade. A Secretaria da Fazenda informou que glosou neste mês certas parcelas da despesa em decorrência de recente entendimento da PGE quanto aos limites da obrigação do Estado nesse assunto. A decisão da 49ª Vara do Trabalho alcança atualmente 5.528 beneficiários. Continuam a ser pagos diretamente pela Secretaria da Fazenda 794 benefícios da Lei Estadual 4.819/58.

A CTEEP continua empenhada em modificar a citada decisão da 49ª Vara do Trabalho de modo a permitir o retorno do procedimento de pagamento direto da folha de benefícios da Lei Estadual 4.819/58 pela Secretaria da Fazenda. A CTEEP reitera o entendimento da sua área jurídica de que as despesas decorrentes da Lei Estadual 4.819/58 e respectivo regulamento são de responsabilidade integral da Fazenda do Estado de São Paulo e estuda as medidas cabíveis neste caso para resguardar os interesses da Companhia”.

01837-6 CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA

02.998.611/0001-04

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(iii) 24 de fevereiro de 2006

“A CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, atendendo às disposições da Instrução CVM 358/2002, vem a público comunicar, em prosseguimento ao assunto tratado no Fato Relevante de 27/01/2006, que a Secretaria da Fazenda do Estado repassou à CTEEP no mês de fevereiro de 2006 o valor de R\$ 12.802 para cumprimento da decisão da 49ª Vara do Trabalho de São Paulo que determinou o retorno do processamento da folha de benefícios da Lei Estadual 4.819/58 para a Fundação CESP, com recursos recebidos do Estado de São Paulo e repassados pela CTEEP. Neste mês de fevereiro, o dispêndio total da CTEEP para fiel cumprimento da citada decisão judicial foi de R\$ 19.652.

A CTEEP reitera que continua empenhada em modificar a citada decisão da 49ª Vara do Trabalho de modo a permitir o retorno do procedimento de pagamento direto da folha de benefícios da Lei Estadual 4.819/58 pela Secretaria da Fazenda, além da adoção de outras medidas para preservar os legítimos interesses da Companhia”.

(b) Sentença da 49ª Vara do Trabalho

Em 02 de maio de 2006, foi conhecida sentença proferida pelo juízo da 49ª Vara do Trabalho de São Paulo acerca do processo acima referido, julgando procedente, em parte, a reclamação em questão e mantendo os efeitos da tutela antecipada anteriormente concedida (Fato Relevante de 19 de julho de 2005), além de determinar o pagamento de parcelas vencidas. A CTEEP protocolou em juízo, em 08 de maio de 2006, Embargos Declaratórios à citada sentença visando esclarecer e modificar certos aspectos da citada decisão.

Em 19 de junho de 2006, através de decisão do Superior Tribunal de Justiça declarando a competência da Justiça Pública Estadual para apreciar a matéria ajuizada na Justiça do Trabalho pleiteando diretamente das empresas os proventos decorrentes da Lei Estadual 4.819/58, foi anulada a sentença da 49ª Vara do Trabalho, e determinou a remessa dos autos a uma das Varas da Fazenda Pública Estadual. Em decorrência da citada decisão do Superior Tribunal de Justiça, os proventos instituídos pela Lei Estadual 4.819/58 voltaram a ser pagos diretamente pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo e não mais pela Fundação CESP mediante repasse da CTEEP como vinha acontecendo em cumprimento a decisão da 49ª Vara do Trabalho de São Paulo, ora anulada.

Em 28 de junho de 2006, o Superior Tribunal de Justiça deferiu pedido de liminar para suspender os efeitos da decisão proferida pelo mesmo tribunal no Conflito de Competência, objeto de decisão de 19 de junho de 2006. De acordo com a intimação recebida pela CTEEP em 30 de junho de 2006, volta a prevalecer a decisão da 49ª Vara do Trabalho que determinou o processamento da folha de benefícios da Lei Estadual 4.819/58 pela Fundação CESP, mediante recursos do Estado de São Paulo e repassados pela CTEEP.

(c) Situação atual

Em decorrência dos fatos acima tratados e por força da citada decisão judicial da 49ª Vara do Trabalho de São Paulo, bem como da decisão do Superior Tribunal da Justiça, a CTEEP repassou à Fundação CESP no período de setembro de 2005 a dezembro de 2009, o valor de R\$ 1.258.920 para pagamento de benefícios da Lei Estadual 4.819/58, tendo recebido da Secretaria da Fazenda do Estado o valor de R\$ 850.219 para aquela finalidade. A diferença entre os valores repassados à Fundação CESP e ressarcidos pela Secretaria da Fazenda, no montante de R\$ 408.701, está sendo requerida administrativamente pela Companhia (Nota 6).

Por outro lado, a CTEEP recebeu da Procuradoria Geral do Estado - PGE, em 20 de outubro de 2005, cópia de manifestação daquele órgão, de 06 de outubro de 2005, acerca de consulta da Secretaria da Fazenda sobre o

01837-6 CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA 02.998.611/0001-04

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

alcance das referidas decisões judiciais. Nessa manifestação, a PGE conclui que a decisão da 49ª Vara do Trabalho de São Paulo atinge subjetivamente a Fazenda do Estado, que integra o pólo passivo da demanda na condição de ré. Assim sendo, conclui a PGE que, “no atual cenário, cabe à Secretaria da Fazenda o ressarcimento integral dos valores despendidos pela CTEEP para o cumprimento da decisão judicial proferida na reclamação trabalhista nº 1145/2005-6, em curso na 49ª Vara do Trabalho da Capital”. Ainda, na mesma manifestação a PGE conclui que a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho, cujos efeitos estão suspensos pela liminar obtida em decorrência de Reclamação Correicional, não alcança integralmente a Fazenda do Estado, que foi excluída da lide a pedido do Sindicato suscitante; nesse caso, a Fazenda do Estado deveria, segundo a PGE, ressarcir a CTEEP observados os estritos limites da Lei Estadual 4.819/58, excluindo eventuais benefícios, instituídos pelo respectivo regulamento, que extrapolem ou se mostrem conflitantes com a legislação específica.

À vista de todo exposto acima, resta claro que o entendimento da Procuradoria Geral do Estado – PGE sobre o assunto, formalizado por meio do Ofício PGE/SF 01/2006, de 10/02/2006, e respectiva Nota Técnica PGE/SF 01/2006, altera o entendimento oferecido pela PGE anteriormente e que vigeu até dezembro de 2005 para fins de repasse de recursos à CTEEP para cumprimento da decisão da 49ª Vara do Trabalho. Segundo o atual entendimento da PGE, a Fazenda do Estado deve efetuar certas glosas nos repasses à CTEEP para fins de transferência à Fundação CESP, para cumprimento da referida decisão judicial.

Em outubro de 2008, o Superior Tribunal de Justiça decidiu novamente pela competência da Justiça Comum em Ação Civil Pública envolvendo as mesmas partes e matéria, cujo acórdão foi objeto de embargos.

Salvo se esta decisão for modificada pelos embargos, o que a Administração considera pouco provável, a ação pública voltará a tramitar e será definida pela Justiça Estadual.

Em janeiro de 2009, em decorrência da não abrangência de decisão da 49ª. Vara do Trabalho para um total de 583 aposentados, os mesmos foram transferidos para pagamento direto pela Fazenda do Estado, gerando um não desembolso de caixa para a Companhia da ordem de R\$ 1.9 milhões/mês.

Nos termos do informado nos Fatos Relevantes acima transcritos, a CTEEP reitera que continua empenhada em tornar nula a citada decisão da 49ª Vara do Trabalho de modo a permitir o retorno do procedimento de pagamento direto da folha de benefícios da Lei Estadual 4.819/58 pela Secretaria da Fazenda. A CTEEP reitera também o entendimento da sua área jurídica e de seus consultores externos de que as despesas decorrentes da Lei Estadual 4.819/58 e respectivo regulamento são de responsabilidade integral da Fazenda do Estado de São Paulo e prossegue na adoção de medidas adicionais para resguardar os interesses da Companhia. Em decorrência, a Companhia registra essas glosas como valores a receber da Fazenda do Estado (Nota 6).

35 Eventos subsequentes

Aviso aos Acionistas

Em reunião extraordinária realizada em 11 de janeiro de 2010, o Conselho de Administração deliberou sobre o pagamento, a partir de 22 de janeiro 2010, de dividendos, referentes ao lucro de 2009, no montante de R\$ 161.000, correspondente a R\$ 1,068656 por ação.

01837-6 CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA 02.998.611/0001-04

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Debêntures

Em janeiro de 2010, ocorreu a liquidação financeira do processo de emissão de 54.860 debêntures da CTEEP, em duas séries no montante total de R\$ 548.600 assim definidas no Procedimento de Bookbuilding:

	Quantidade de títulos	R\$	Remuneração	Amortização	
				Prazo	Datas
1ª série	49.100	491.000	CDI + 1,3% a.a.	5 anos	15/12/2012 15/12/2013 15/12/2014
2ª série	5.760	57.600	IPCA + 8,1% a.a.	8 anos	15/06/2014 15/12/2015 15/12/2016 15/12/2017

A remuneração das duas séries será paga semestralmente, em 15 de dezembro e 15 de junho de cada ano, sendo o primeiro vencimento em 15 de junho de 2010.

Plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei 4.819/58

Em 22 de fevereiro de 2010 os embargos opostos ao acórdão que determinou a competência da Justiça Comum na ação civil pública foram julgados não conhecidos pelo fato da não configuração do dissídio jurisprudencial, motivo pelo qual mantêm-se a decisão da competência da Justiça Comum naquela ação que seguirá seu trâmite na Justiça Estadual.

Ação de cobrança da Eletrobrás contra a Eletropaulo e EPTE

Em 25 de fevereiro de 2010 em despacho proferido na ação de execução movida por Eletrobrás contra Eletropaulo e EPTE foi determinada a liquidação por arbitramento para que seja realizada perícia para apuração da responsabilidade pelo débito em razão do disposto no protocolo de cisão parcial e seus anexos. Na mesma data acolheu a conexão da ação declaratória com a ação de execução.

Aumento de capital

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 08 de março de 2010, foi aprovado aumento do capital social no montante de até R\$ 76.881, mediante a emissão privada de novas ações ao preço unitário de R\$ 48,50 por ação. Do valor total do aumento, R\$ 28.832, equivalentes a 594.477 ações, caberão ao acionista controlador e serão integralizados mediante a capitalização da reserva de capital (reserva especial de ágio na incorporação) correspondente ao benefício fiscal – ágio incorporado da controladora.

Nos termos do disposto no artigo 171 da Lei nº 6.404/76, será concedido, aos acionistas, período de 30 dias para exercício do direito de preferência.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01837-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA.DE TRANSM.DE EN.ELÉTRICA PAULISTA	3 - CNPJ 02.998.611/0001-04
---------------------------	---	--------------------------------

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO DFP	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	2
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	4
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	5
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	7
04	01	DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	9
05	01	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2009 A 31/12/2009	10
05	02	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2008 A 31/12/2008	11
05	03	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2007 A 31/12/2007	12
06	01	DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	13
07	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO	14
07	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO	15
08	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	17
09	01	DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO	19
10	01	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2009 A 31/12/2009	20
10	02	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2008 A 31/12/2008	21
10	03	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2007 A 31/12/2007	22
11	01	DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO CONSOLIDADO	23
12	01	PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA	24
13	01	RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	26
14	01	NOTAS EXPLICATIVAS	40/87